

Educação Popular e Saúde: lições da Baixada Fluminense

William Matheus da Cruz Souza
Maria Paula de Oliveira Bonatto
Org.



“Educação Popular e Saúde:
lições da Baixada Fluminense”

Fundação Oswaldo Cruz
Presidente: Mario Moreira

Casa de Oswaldo Cruz
Diretor: Marcos José de Araújo Pinho

Departamento Museu da Vida Fiocruz
Chefe: Ana Carolina Gonzalez

Editor:
Jefferson Lopes F. Jr.

Organizadores:
William Matheus da Cruz Souza
Maria Paula de Oliveira Bonatto

Revisão:
Danúzio Ribeiro Alves
Karla Cristina Gomes de Carvalho

Projeto gráfico e diagramação:
Jefferson Lopes F. Jr.

Produção Executiva:
William Cruz

William Matheus da Cruz Souza
Maria Paula de Oliveira Bonatto
Org.

Educação Popular e Saúde: lições da Baixada Fluminense

1ª Edição
Rio de Janeiro
2024



COPYRIGHT DESTA EDIÇÃO ©2024 BY EDITORA TERRA ESCRITA.

FOI FEITO O DEPÓSITO LEGAL CONFORME LEI 10.994 DE
14/12/2004.

PROIBIDA A REPRODUÇÃO PARCIAL OU TOTAL DESTA OBRA SEM
AUTORIZAÇÃO DA EDITORA.

EDITOR: JEFFERSON LOPES F. JR.
REVISÃO: DANÚZIO RIBEIRO ALVES E KARLA CRISTINA GOMES
DE CARVALHO
PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO: JEFFERSON LOPES F. JR.

DIREITOS DESTA EDIÇÃO RESERVADOS À
EDITORA TERRA ESCRITA
RUA SÃO BRÁZ, 93
RIO DE JANEIRO – RJ – CEP: 20.770-150
TERRAESCRITA@TERRAESCRITA.COM
WWW.TERRAESCRITA.COM

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

S729E SOUZA, WILLIAM MATHEUS DA CRUZ
EDUCAÇÃO POPULAR E SAÚDE: LIÇÕES DA BAIXADA
FLUMINENSE / MARIA DE PAULA DE OLIVEIRA BONATTO E
WILLIAM DA CRUZ SOUZA (ORG.) – RIO DE JANEIRO: TERRA
ESCRITA, 2024.

83 P.

ISBN 978-65-84833-07-4 VERSÃO DIGITAL

INCLUI BIBLIOGRAFIA.

1. CIÊNCIAS APLICADAS. 2. SAÚDE. 3. EDUCAÇÃO EM SAÚDE.
I. TÍTULO. II. AUTOR.

CDD 610

Educação Popular e Saúde: lições da Baixada Fluminense



Sumário

Programação do Evento	9
Apresentação	11
	<i>Karla Cristina Gomes de Carvalho</i>
 Parte I	
Semana Nacional de Ciência e Tecnologia 2022: por uma ciência construída com os populares.....	15
	<i>Maria Paula Bonatto</i>
Saúde e Educação Popular em Nova Iguaçu	17
	<i>Lúcia Souto</i>
Educação Popular no Brasil do século XXI.....	25
	<i>Marco Antonio Perruso</i>
Educação pública e educação popular: panorama do ensino na Baixada Fluminense	35
	<i>Leci Carvalho</i>
O movimento dos PVNCs, ontem e hoje.....	41
	<i>Renato dos Santos Gomes</i>
Biblioteca Comunitária Transformando Vidas: Ações sociais, culturais e educativas.	47
	<i>Livia Maria Brito e Fabio Lima Matos</i>

Fotos do I Encontro de Educação Popular 57

Parte II

Pré-Vestibular Social do Bairro da Luz: uma experiência em educação popular..... 65

Danúzio Ribeiro Alves

Breves considerações sobre a criação da Rede de Educação Popular da Baixada Fluminense 73

William Matheus da Cruz Souza

Sobre os autores 79

Programação do Evento

I Encontro de Educação Popular

Local e Data: Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, 15 de outubro de 2022.

Realização: Pré - Vestibular para Negros e Carentes núcleo Vila Operária / Biblioteca Comunitária Transformando Vidas / Centro de Agitação Popular - AGITA / Museu da Vida Fiocruz

Dia 15 de novembro - Sábado

9h - Fala de Abertura: Maria Paula Bonatto (Museu da Vida Fiocruz)

9h05 - Apresentação Cultural: Einstein NRC (rapper)

9h15 - Mesa: “Educação Popular: conceito, trajetória, lutas e resistências”.

Palestrantes: Lúcia Souto (Fiocruz) e Marco Antônio Perruso (UFRRJ)

11h - Mesa: “Educação Popular e Território”.

Palestrantes: Renato Gomes (PVNC Vila Operária), Livia Brito (Biblioteca Comunitária Transformando Vidas) e Leci Carvalho (Centro de Agitação Popular - AGITA).

Mediador: Ricardo Sampaio.

Apresentação

Karla Cristina Gomes de Carvalho

Este material é fruto de iniciativas desenvolvidas pela Rede de Educação Popular - Baixada Fluminense como parte dos trabalhos da 19ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Fazem parte da Rede o Pré-Vestibular Comunitário - PVNC, Vila Operária em Nova Iguaçu, a Biblioteca Comunitária Transformando Vidas, o Centro de Agitação Popular – AGITA, o Museu da Vida Fiocruz e o Pré-Vestibular Comunitário de Mesquita. Os membros da Rede se reúnem regularmente de forma online para discutir e propor ações para o movimento de educação popular na Baixada Fluminense.

O encontro, organizado pela Rede de Educação Popular, foi realizado no dia 15 de outubro de 2022, nas dependências do Pré-Vestibular Comunitário - PVNC, Vila Operária, com a participação de professores, estudantes e lideranças populares da comunidade. Contamos com a presença da coordenadora do Educativo, Paula Bonatto e a apresentação do rapper Einstein NRC. Com duas mesas de discussão: A primeira mesa “Educação Popular: conceito, trajetória, lutas e resistências”, mediada por Ricardo Sampaio, teve exposições de Lucia Souto, médica e sanitarista da FIOCRUZ, e Marco Antonio Perruso, sociólogo da UFRRJ.

A segunda mesa: “Educação Popular e Território” foi formada por Renato Gomes, coordenador do PVNC Vila Operária; Lívia Britto, coordenadora da Biblioteca Comunitária - Transformando Vidas; e Leci Carvalho, coordenadora do Centro de Agitação Popular – AGITA. As falas descreveram a importância da educação popular para a formação política e cidadã das juventudes pertencentes às camadas populares.

O evento contou com as presenças do Miguel Ribeiro, presidente da Fundação Educacional e Cultura de Nova Iguaçu - FENIG; Taynara Oliveira, representante do Fórum de Pré-Vestibulares Populares do Rio de Janeiro - FPVP - RJ; e Samanta Aguiar, diretora do Sepe - Núcleo Nova Iguaçu. A exposição “Manguinhos - Território em Transe” esteve no local apresentando as similaridades das injustiças e lutas entre os territórios de favela e periferia.

O conjunto de textos que compõem essa publicação vem contribuir de maneira significativa para o fortalecimento do debate relacionado com educação popular, junto aos pré-vestibulares sociais ou comunitários e aos movimentos sociais como projetos com oficinas para crianças em estado de vulnerabilidade social dando força a outras questões igualitárias. Um olhar para a educação formal e não formal vivida nos últimos anos.

A parte I reúne os conteúdos das mesas revisados pelos autores e autoras. O primeiro texto é de Maria Paula de Oliveira Bonatto sobre a experiência durante a Semana Nacional de Ciência Tecnologia 2022, em sua décima nona edição, com a educação popular. Em seguida, os textos de Lucia Souto e Marco Antonio Perruso traçam a trajetória do conceito e a história do movimento de educação popular. Encerrando a primeira parte, Leci Carvalho e Renato dos Santos Gomes se debruçam sobre as experiências do Centro de Agitação Popular - AGITA e PVNC Vila Operária, respectivamente. Os autores, Lívia Maria Brito e Fábio Lima Matos, fecham com o texto a respeito da biblioteca comunitária coordenada por eles.

Já a segunda parte, traz o texto de outros membros da Rede e suas experiências com o pioneiro e extinto Pré-vestibular Popular do Bairro da Luz, além de finalizar com uma breve reflexão sobre a criação da Rede de Educação Popular da Baixada Fluminense, com um intuito de dialogar com o leitor e estimulá-lo ao interesse e aos debates inerentes à educação popular versus escolaridade, questionando assim o modelo capitalista de desenvolvimento econômico vigente no país. Trazendo à luz a importância da Educação popular como instrumento de emancipação social.

Por fim, esperamos que essa publicação contribua e incentive o acesso dos indivíduos e grupos aos produtos culturais, aos meios de difusão à cultura, à educação, reforçando a ideia de continuidade dos projetos educacionais gerando outras discussões e ações, ampliando horizontes e abrindo novas perspectivas para o futuro.

Parte I

Semana Nacional de Ciência e Tecnologia 2022: por uma ciência construída com os populares

Maria Paula Bonatto

Em primeiro lugar, quero agradecer àqueles que organizaram esse evento, em especial ao pessoal do PVNC – Pré-Vestibular para Negros e Carentes que nos acolheu com tanto carinho no dia de hoje.

Sou Maria Paula Bonatto, servidora pública da Fiocruz e educadora do Museu da Vida Fiocruz. Esse evento é fruto do nosso trabalho para espalhar a ideia da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia como um direito popular. Então o trabalho está sendo tecido no sentido de promovermos uma ampla popularização da ciência com trabalhadores de todo o nosso país. Popularizar a ciência, segundo os autores Germano e Kuletza, é:

[...] popularizar é muito mais do que vulgarizar ou divulgar a ciência. É colocá-la no campo da participação popular e sob o crivo do diálogo com os movimentos sociais. É convertê-la ao serviço e às causas das maiorias e minorias oprimidas numa ação cultural que, referenciada na dimensão reflexiva da comunicação e no diálogo entre diferentes, oriente suas ações respeitando a vida cotidiana e o universo simbólico do outro. (Germano e Kuletza, 2007, p.14)

Vocês podem observar que hoje eu estou vestida com uma camiseta vermelha. É o uniforme do Museu da Vida há mais de 20 anos e que está em processo de ser mudado para uma nova marca, com a cor azul. Mas eu quero confessar aqui minha tristeza com essa mudança por causa do significado da cor vermelha no contexto das lutas populares. Essas lutas são a fonte de muitas construções coletivas em nosso país, em especial aquelas que dizem respeito às conquistas no campo da saúde, como o nosso SUS. No contexto simbólico que estamos considerando, o vermelho simboliza

o sangue derramado em tantas situações de injustiça social. Todo um acúmulo de sangue dos populares derramado no processo dito “civilizatório” que temos vivido. E Nova Iguaçu é testemunha disso.

As bandeiras dos partidos e movimentos populares que sustentam o vermelho indicam que a classe trabalhadora organizada faz questão de lembrar e valorizar esse sangue, no sentido de honrar as pessoas que continuam dando vidas por seus ideais e por uma sociedade que acolha de forma mais humana aos nossos filhos e netos.

E o Município de Nova Iguaçu é um espaço que guarda muitas memórias sobre as lutas dos trabalhadores e de seus movimentos sociais organizados. Esse é um sinal de que nesse território, marcado pela riqueza das culturas afro-brasileiras, tem oferecido espaços de reflexão e de ações que fundamentam conquistas não só para essa região, mas para todo o Brasil, como é o Sistema Único de Saúde.

Nosso cientista negro e baiano, Milton Santos, muito contribuiu para que pudéssemos compreender a dimensão e a importância do conceito de território. Esse estudioso apontou que a palavra território indica disputas de poder, onde se fortalecem as redes e as possibilidades de transformações. É essa gama de possibilidades que se apresenta hoje pra nós como fruto desse encontro. Se pudéssemos escolher palavras geradoras que a história de Nova Iguaçu nos apresenta como proposta, eu diria: sangue, território e resistência. A força dessas palavras são vitais para permear nosso encontro de hoje.

Grata mais uma vez por estarmos juntos aqui.

REFERÊNCIAS

GERMANO, M.G.; KULESZA, W. A. Popularização da Ciência: uma revisão conceitual. Caderno Brasileiro de Ensino de Física, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências Físicas e Matemáticas. Departamento de Física v.19, n. 1, p. 7-25, 2007.

Saúde e Educação Popular em Nova Iguaçu

Lúcia Souto

Gente, bom dia, a vocês todas e todos! É uma emoção muito grande estar aqui em Nova Iguaçu. Eu morei oitocentos anos aqui na Baixada. Conheço essa cidade e essa região, eu diria até, muito, muito profundamente! Miguel Ribeiro está aqui, estou aqui com amigos e amigas de longa data por conta desse trabalho, que foi um trabalho muito fundamental.

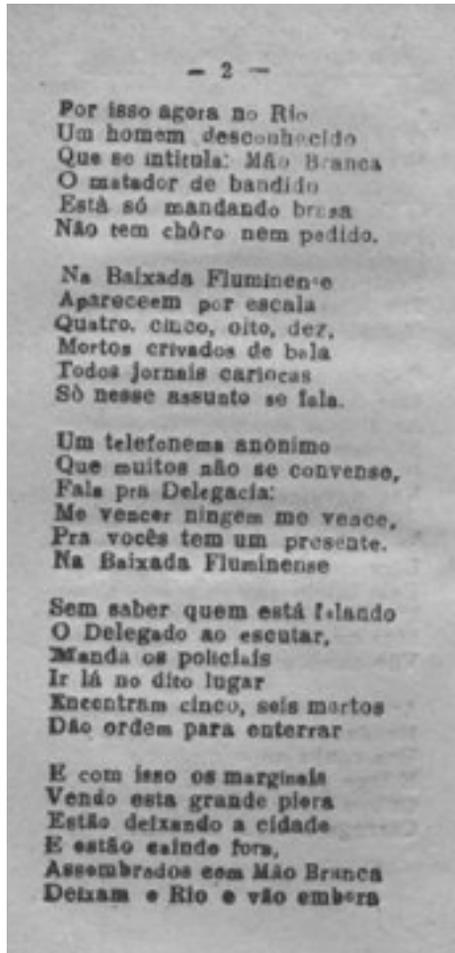
Eu vou contar rapidamente algo que tem muito a ver com essa questão de como a gente faz trabalho popular. Eu estudei na faculdade de medicina da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), na época da ditadura militar. E na época, tínhamos muitas ações como estudantes, voltadas para a liberdade, por um país diferente, porque era muito grave aquele momento. Só para vocês terem uma ideia, tinha um decreto chamado 477, que servia para expulsar os estudantes que se manifestassem. Então já era uma ousadia a gente se organizar de alguma forma dentro da universidade se arriscando a perder a conquista de cada um de entrar em uma faculdade, né? E nessa luta, nessa batalha, eu vou resumir isso porque é uma longa história, a gente teve muitas pessoas à época, na faculdade de medicina, presas, pessoas de várias organizações e vários grupos. E na minha turma, que foi uma turma que se formou em 1974, nós também tivemos vários casos como esses. Aliás, foi a turma em que mais gente foi presa. Naquele momento, a cada pessoa que era presa, a gente ia na CNBB, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que ficava ali na Glória, e quem era o coordenador da CNBB na época era o Dom Ivo Lorscheiter. E a gente conversava com ele para pedir apoio, porque a Igreja Católica naquele momento foi um abrigo para muita gente que estava sendo perseguida, torturada. Nessa época havia bispos incríveis! E ali estávamos nos formando, eu e mais três médicos, o Noronha, Antônio Ivo de Carvalho e Amanda Leonor... E cada

um estava seguindo o seu rumo... E estávamos vivendo em meio a movimentos muito importantes na transição da ditadura para a democracia: desde a Renovação Médica, movimentos dos Sindicatos, dos Conselhos Regionais... Mas a gente não queria trabalhar na corporação médica, a gente tinha uma vontade e um desejo de ir ao encontro do povo brasileiro, fazer medicina popular, medicina comunitária. Era essa a vontade da gente. Então fomos procurar o Dom Ivo Lorscheiter. E já sabíamos que tinha o trabalho de Dom Tomás Balduino, lá em Goiás e de Dom Pedro Casaldáliga, lá em Mato Grosso. Nós dissemos ao Dom Ivo Lorscheiter que iríamos pra qualquer lugar. Se mandassem a gente pra “Conchinchina”, a gente ia! Só que ele disse que precisaríamos ir para a Baixada Fluminense porque lá tinha um bispo muito bacana, chamado Dom Adriano Hipólito. E nós viemos pra cá, conversar com Dom Adriano Hipólito, numa sala “microscópica” ali da Diocese de Nova Iguaçu... Ele sempre muito despojado, um ser humano extraordinário! E aí no final da conversa... (essa conversa é até engraçada...) E no final dessa conversa, ele ouviu a gente e disse assim: “nesse momento que nós estamos vivendo, ou vocês são cristãos ou são comunistas, mas não me cabe nesse momento fazer essa pergunta e as portas da diocese estão abertas para vocês!” E aí entramos pelas portas abertas pelo Dom Adriano Hipólito!

E começamos um trabalho que era a medicina comunitária: construímos um primeiro Consultório Popular em Estrada Madureira, em Cabuçu, onde a gente atendia três vezes por semana, crianças e adultos. Ali fazíamos um trabalho de formação, base do que hoje é o agente comunitário de saúde. Naquela época visitamos todas as casas do bairro de Cabuçu fazendo uma fichinha familiar, cada família tinha uma ficha completa... E depois a gente começou a dizer: “não, isso está pouco, vamos fazer reuniões em todos os bairros!” E aí começamos... Nova Iguaçu naquela época era a sétima cidade em população do país. Não tinha Mesquita, não tinha Queimados e não tinha Belford Roxo, tudo era Nova Iguaçu. Belford Roxo era considerado o distrito mais violento do mundo! Tinha a história do “Mão Branca”... (fig. 1)

Figura 1

Página de Cordel que conta a “História de Mão Branca, o matador de bandido no Rio de Janeiro”



Fonte: Minelvino Francisco Silva/LC3140. Consulta no endereço eletrônico: <
<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=cordelfcrb&pagfis=37565>
> em 25-03-2023

Mas, de qualquer maneira, era uma região onde uma característica fundamental era: a realidade de não ter direito de ter direitos. Era essa a realidade de Nova Iguaçu. Eu me lembro que a gente começou esse trabalho em vários bairros... E a gente também lia Paulo Freire toda a semana, lia e discutia Paulo Freire, a Pedagogia do Oprimido... E era a gente no primeiro encontro de saúde, segundo encontro de saúde... No primeiro encontro que a gente teve, eu acho que foi até em um bairro perto de Miguel Couto, perguntamos qual era o principal problema de saúde naquele local ... Aí alguém levantou a mão e disse: “aqui é iluminação pública”! Nós achamos incrível, e assim começava toda a construção do movimento da Reforma Sanitária brasileira, que colocou no Brasil a questão da saúde como direito na Constituição Federal de 1988. Foi uma luta enorme da sociedade brasileira, que trabalhava com a ideia de que a saúde é determinada socialmente. Começávamos a conceituar o processo da determinação social da saúde e da doença, que aponta que a saúde depende de saneamento, água, esgoto, alimentação, iluminação... Tudo isso era parte da construção da possibilidade de você ter ou não saúde. E aquela pessoa daquele bairro disse: iluminação pública! E perguntamos o porquê e ela disse que quando não tem luz a gente está sujeito a voltar para casa e ser assaltado, ter tiro... E violência é problema de saúde!

Começamos esse trabalho, e, a partir de um dado momento, começamos a tomar outras iniciativas: “Nós estamos aqui trabalhando com saneamento, vamos começar a fazer Amigos de Bairro, porque é isso que nós estamos fazendo pelo direito de ter direitos!” E conseguimos construir a maior Federação de Associação de Moradores do Brasil, aqui em Nova Iguaçu! Esse fato é importante porque essa é a história da AMAB: Associações de Moradores e Amigos de Bairro! É importante a gente saber tudo isso, porque essa região tem luta, essa região tem resistência! Quando a gente veio, já tinha gente do movimento sindical... antes, lembra, Miguel? Aquele menino lá de Queimados: Gonzaga. Já havia muita gente que sempre trabalhou, mas que ficava na invisibilidade. Essa luta gerou muita coisa, muita resistência e muitas conquistas. A primeira delas foi conquistar a queda da taxa de reivindicação. Nova Iguaçu tinha um prefeito nomeado pela ditadura que era o Rui de Queiroz, - porque na ditadura não tinha eleição, só nomeação - E esse prefeito, Rui de Queiroz, tinha uma história de não aceitar reivindicações, ninguém podia reivindicar nada! Você podia estar no lixo, na lama, que você não tinha nem o direito de fazer um pedido de melhoria para o seu bairro. A gente tinha que pagar uma taxa de reivindicação. E o nosso primeiro movimento amplo aqui em Nova Iguaçu foi derrubar esta taxa.

Essa taxa que negava o direito de ter direitos. Foram inúmeras lutas aqui em Nova Iguaçu. Uma em que a gente jogou lixo na porta da prefeitura, porque era tanto lixo em todo e qualquer bairro! Outra luta histórica foi o fechamento da Dutra em abril de 1986 quando houve a epidemia de dengue. O primeiro município do Brasil a ter dengue foi Nova Iguaçu. E depois teve aquela história do epidemiologista, o Eduardo Costa, que atribuiu a questão da dengue em Nova Iguaçu à questão do circo Orlando Orfei, que tinha uma casa ali na esquina da Prata... Na época eu morava ali na Prata, na esquina da Rua José Cardoso... Ali tinha um monte de feras, tinha leão, uma porção de coisa.... E eles tinham feito uma caravana por toda América Latina... Eu estou colocando isso até por uma curiosidade porque no momento que eclodiu aquela epidemia todo mundo achava que era a Bayer, porque a Bayer toda hora tinha um acidente, eu dizia: “isso aí não é uma infecção da Bayer, é uma doença infecciosa nova que está chegando no Brasil e a gente não sabe que doença é essa”. E a prefeitura não fazia absolutamente nada! E a gente resolveu fechar a Dutra que era, nada mais nada menos do que, a maior rodovia do país: Rio - São Paulo. Foi um acontecimento, saiu em toda a mídia, em todo o jornal.

A partir daí fizemos muitos outros trabalhos, desde creches populares, comunitárias... Estava ouvindo a amiga aqui falar de Morro Agudo, a gente tinha o movimento de creches comunitárias. E era uma coisa interessante, que as mães de vários bairros, eu me lembro daquelas de Xavantes e Morro Agudo, que pegavam as crianças para ficar tomando conta enquanto outras mães iam trabalhar. E a gente resolveu que ia construir creches públicas aqui na Baixada. Eu me lembro muito bem que tinha uma mulher chamada Lúcia, lá de Ouro Preto, que tinha uma casinha, e ela me dizia “Lúcia, venha ver como está a nossa creche, tem até ar-condicionado!”. Foram muitas lutas com a menina lá de Xavantes, a Marina, que era presidente da Associação de Xavantes. Ou seja, muita luta com essas creches populares, comunitárias, e eu lembro que a gente ia fazendo uma queda de braço com o poder público. Uma delas foi no bairro de Carmari. A Lourdes era a presidente da Associação de Moradores de Carmari, uma mulher maravilhosa! As festas, a gente oferecia para serem na Associação. Ali também era a LBA (Legião Brasileira de Assistência) e a Funabem (Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor), não havia ainda a atual estrutura de assistência social... Eu me lembro que a exigência da LBA era que tivéssemos banheirinho infantil. E aí o pessoal se colocou: “não! Se quiser

banheirinho infantil, coloquem vocês, da prefeitura. A gente mal tem condição...” E fomos mudando a lógica do relacionamento e exigindo coisas que a prefeitura e as instituições não faziam. Isso foi uma coisa.

Outra coisa foi a saúde. Nós começamos a fazer postos comunitários de saúde em parceria com o INAMPS (Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social) que já estava nessa luta. Êzio Cordeiro era o presidente do INAMPS e era também do Movimento da Reforma Sanitária. E a gente disse pra ele que aqui o Paulo Gregório, prefeito à época, não queria fazer nada. Surgiu a ideia: “Vamos fazer um convênio com a Cáritas” e o dom Adriano Hipólito, corajoso como sempre, topou! Fizemos uma seleção pública e colocamos 24 postos de saúde aqui em Nova Iguaçu, um deles aqui em Vila Operária. Da Igreja Católica! Fizemos uma formação impressionante desses profissionais! Eu me lembro que tinha uma história do Hospital da Posse, uma outra luta, construído com dinheiro público e que seria entregue para iniciativa privada. E aí nessa batalha toda teve uma questão: a gente queria que os profissionais que entrassem nesses postos não fossem embora como era comum no concurso para o Hospital da Posse, pra onde os médicos iam e depois de um mês já estavam indo embora de Nova Iguaçu. Essa seleção pública para os Postos Comunitários de Saúde, tinha uma etapa eliminatória para médicos e enfermeiros e a segunda etapa classificatória. E quem estava na banca dessa etapa classificatória? Além de um profissional da área, tinha também uma pessoa da comunidade. A gente dizia: “olha, você vai lidar com lama quando chove ...” Só para as pessoas entenderem o contexto em que elas estavam se credenciando, para não dizer depois de entrar que “eu não sabia como era e vou-me embora daqui”.

Bom, foram muitas as lutas pela posse da terra, lutas inúmeras... Tinha uma luta que era a dos 21 conjuntos do Banco Nacional da Habitação, e as pessoas iam ser despejadas das suas casas. Nós tivemos um movimento de resistência aqui com o apoio do Dom Adriano e Paulo Amaral, que eram pessoas corajosas. O movimento era que cada vez que ia um oficial de justiça despejar uma família, o pessoal se organizava para fazer um apitaço. Então, nós barramos o despejo dos 21 conjuntos habitacionais! Um deles era aqui em Jardim Tropical. Enfim, moradia, educação, saúde, mulheres, alfabetização de adultos... tudo é saúde! Nós fizemos o projeto Educar que era para a alfabetização de jovens e adultos, que foi um projeto registrado pelo grande cineasta Silvio Tendler. Nós ganhamos um prêmio pelo projeto “Educar, alfabetização de jovens e adultos”. Então, foram várias frentes de trabalho maravilhosas e que

realmente deixaram raízes em Nova Iguaçu. Do Renato Gomes eu também me lembro muito bem. Eu acho que foi um dos primeiros pré-vestibulares comunitários do Rio, não foi, não? É história, é trabalho, é luta, é resistência!

Então, tudo isso foi muito importante e acho que que essa resistência permanece hoje! Por incrível que pareça, como a Paula Bonatto colocou aqui no início, um momento crucial é o momento político que estamos vivendo no Brasil. Não adianta dizer que política não importa, que não tem a ver... Tem a ver com a vida de cada um de nós! Não podemos viver em um país ameaçado por alguém que quer colocar arma em todo e qualquer lugar! Vender arma, “quem quiser compra, quem tiver dinheiro...” O que é isso? Para que eles querem armar a população brasileira? Para todo mundo levar um tiro na cara sem motivo algum como a gente já vê no país inteiro? Pra ficarmos submetidos à violência, que é o colapso da política, do diálogo, do entendimento?... Quer dizer, que esse país não serve para a esmagadora maioria da população brasileira?

Nós estamos, então, em um momento crucial! Porque discutir educação popular, educação comunitária é dar protagonismo ao povo brasileiro! O povo brasileiro tem que estar no centro! Tem que ter consciência crítica, sabedoria pra saber que nesse momento, no dia 30 de outubro de 2022, nós temos que fazer uma escolha que vai se refletir nas nossas vidas, nas vidas dos nossos netos, dos nossos filhos... Que vai ser a possibilidade de criar e construir um outro país! O Brasil é um país gigantesco!

Hoje o país está sendo objeto de uma guerra híbrida, que é uma estratégia de uma escalada de mentiradas, que conhecemos como fake news, manipuladas pelo poder econômico, jogando tudo para amedrontar os trabalhadores, fazer com que as pessoas não votem no Lula, não votem em não sei quem porque é proibido... E usando toda a máquina do Estado, como a gente viu aí com o Orçamento Secreto! Nós, da saúde, ontem vimos todo o dinheiro que foi desviado do orçamento da saúde pelo Orçamento Secreto! E esse desdém com o povo brasileiro durante a pandemia, que foi debochar de quem não conseguia respirar... Se a gente quer defender a vida, a saúde e a democracia nesse país a gente tem que ter uma consciência muito grande de que escolha faremos no dia 30 de outubro!

E quero agradecer a todos vocês, eu acho uma maravilha ver gente tão linda, tão incrível, reunida aqui nesse momento! Parabéns a vocês! Vocês vão ter um caminho incrível pela frente, podem ter certeza disso. Vocês serão orgulho para esse país! Muito obrigada!

Educação Popular no Brasil do século XXI

Marco Antonio Perrusot

Bom dia, pessoal, é um prazer estar com vocês, convidado pelo meu querido aluno William Cruz, um dos nossos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Bom estar aqui também com companheiras de luta como Leci Carvalho, além de outros que conheço de outros momentos. É difícil falar depois da Lucia Souto, que acabou de dar uma aula de história dos movimentos sociais aqui da Baixada Fluminense, história essa protagonizada por trabalhadores e moradores em suas lutas na região. Enfim, é muito bom ver muita gente que certamente vai estar na universidade pública em breve, na UFRRJ inclusive.

Eu vou tratar um pouquinho da Educação Popular e da conjuntura brasileira atual, a partir do meu lugar de quem pesquisa esses e outros temas já há um bom tempo. Participei e participo de atividades de educação popular e formação política junto a movimentos sociais como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), junto a ONGs como a FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional), junto também a partidos políticos e a iniciativas de comunicação digital de esquerda. Tenho experiência também no curso de Educação do Campo da UFRRJ, que sempre conta com presença significativa de estudantes e militantes aqui de Nova Iguaçu, onde há tradição não só de movimentos urbanos, mas de movimentos rurais também. Digo essas coisas, preliminarmente, para pontuar o lugar de onde eu falo e contextualizar o conhecimento que eu tenho.

Acho que foi colocado antes de mim um dos aspectos diferenciais da Educação Popular: ela não é somente a popularização da educação, mas sim uma educação onde vocês, os estudantes oriundos das classes populares e

1 Professor do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Pesquisador do Observatório Fluminense.

filhos da classe trabalhadora, são os protagonistas do processo pedagógico, intelectual e político. Muitos de vocês já estão ou já passaram, alguns ainda vão passar, pelo mercado de trabalho. A educação de que vocês se apropriam impacta não apenas vocês, mas o mundo do trabalho e a sociedade como um todo. Se Educação Popular fosse a mera popularização da educação, vocês seriam mais alguns que estariam incluídos socialmente, de certa forma. Porém, vocês serem relativamente incluídos no mundo da educação, terem também acesso maior a bens culturais, já produz implicações relacionadas à transformação social. De que maneira? Na medida das apropriações que fazem e das marcas que colocam nos processos pedagógicos, intelectuais e políticos. Vocês assim tensionam a sociedade na perspectiva de certas mudanças. Lembrando de Paulo Freire, a Educação Popular tem essa capacidade de permitir que o mundo real dos grupos explorados e oprimidos se coloque no processo pedagógico em chave emancipatória.

Pois educação não se trata de abrir a cabeça de cada um de vocês e colocar conhecimentos acumulados prontos. Se fosse assim, vocês seriam meros receptáculos de conhecimento, consumidores da educação, sem autonomia e potência alguma. Não se trata disso. Vocês são parte ativa do processo pedagógico, uma vez que se apropriam desse processo para que a ciência e a cultura não sejam dimensões da ordem da dominação social, não sejam só fatores instrumentalizados pelas elites para manter a sociedade capitalista do jeito que está. Em sentido contrário, a Educação Popular deve ser exercida de maneira que os estudantes das classes populares se capacitem a mudar a sociedade, a construir uma sociedade nova.

Eu acho que esse é um elemento importante, essa relação horizontal entre educando e educador presente na Educação Popular. Por exemplo, quando dou minhas aulas na UFRRJ, onde 99% dos estudantes têm o perfil de vocês, eu aprendo bastante. Muitas vezes eu brinco que tenho que perguntar para os alunos, quando dou algum exemplo, se estou falando grego ou usando uma “gíria idosa”. Muitas vezes uso termos que a galera não conhece ou dou exemplos que estão defasados para a realidade de vocês. Portanto, a centralidade do processo pedagógico na Educação Popular está na realidade de vocês. Se não houver a demarcação desse “lugar de fala”, digamos assim, vocês não conseguem se apropriar da

educação para mudar a sociedade – mas apenas para mantê-la do jeito que está. Vocês não estão aqui buscando educação apenas para terem uma vida melhor, individualmente, mas para que todos tenham uma vida melhor coletivamente.

Por isso, a Educação Popular sempre esteve ligada aos movimentos sociais e às lutas políticas. Quando ela começa a ser formulada no Brasil por Paulo Freire, Carlos Rodrigues Brandão e outros intelectuais engajados, há um contexto de efervescência associativa no campo popular, com destaque para a ação de setores progressistas da Igreja Católica e de setores da esquerda marxista, ambos dirigindo-se ao povo, deixando de lado seus lugares relativamente privilegiados de uma classe trabalhadora intelectualizada e remediada. Assim é que a Educação Popular foi se formando. Em seu início, nas décadas de 1950/60 – mais de meio século! – a Educação Popular aparece próxima a uma das ideologias das classes dominantes da época, o nacionalismo e sua idéia de desenvolvimento nacional. E era pensada objetivando a formação dos trabalhadores enquanto mão de obra mais qualificada para o desenvolvimento do país.

Ocorre que, num segundo momento, muita gente, nos movimentos populares e na intelectualidade engajada, vai se perguntar: “que raio de desenvolvimento nacional é esse?”, “a quem ele serve?”. Na ditadura militar pós-1964, por exemplo, o Brasil cresceu muito, houve o famoso “milagre econômico”. Eu era criança, não vivi direito esse período, mas outras pessoas menos jovens que eu viveram aquele momento, em fins dos anos 1960 e início dos 70. Aquele grande crescimento econômico, aquele desenvolvimento supostamente nacional, no entanto, não era para todo mundo. A desigualdade no Brasil também cresceu no mesmo período.

A Educação Popular vai, então, questionar o modelo capitalista de desenvolvimento econômico vigente no país. E o faz nesse processo junto ao movimento estudantil, ao movimento sindical, aos movimentos populares em geral, aos movimentos sociais rurais, aos movimentos sociais urbanos. Um destes é o movimento de moradia. Antes se chamava Movimento Amigos do Bairros, foi forte em São Paulo (onde se relacionava a esquemas políticos conservadores, como o em torno de Jânio Quadros) e aqui no Rio de Janeiro e na Baixada também, onde tinha inclusive maior autonomia. Todos esses movimentos, lançando mão da Educação Popular, foram colocando para a sociedade que esse desenvolvimento, do jeito que era, não servia aos trabalhadores, mas apenas

às classes dominantes. Para nós, da classe trabalhadora, restavam migalhas do desenvolvimento econômico – costumamos ficar à beira dele. Muitos jovens, filhos de trabalhadores, conseguiam estudar, se formar, arrumar um emprego, mas apenas para sobreviver a reboque dos grandes negócios privados, que contavam com o apoio do Estado e aumentavam a desigualdade.

Deste modo, a Educação Popular foi se configurando como instrumento de emancipação social, e é aí que Paulo Freire vai ficando mais conhecido. Com ela, a gente aprende, mas aprende para mudar a sociedade. Como se diz hoje, para mudar a universidade, também. A gente quer estudar, quer ter acesso à educação, para entrar com nosso talento no “clube” das elites, para ser um exemplo meritocrático de inclusão social? Ou a gente quer educação, ciência e cultura, tudo isso, para mudar a sociedade, mudar a universidade? As gerações de trabalhadores e intelectuais brasileiros que criaram a Educação Popular perceberam desse jeito os processos políticos, objetivando mudar os rumos da sociedade.

Hoje, quando uma estudante na UFRRJ ou em outra universidade traz novas temas, novas questões, novos autores e pensadores para nós professores, não deixa de estar praticando Educação Popular. É só ver a força dos movimentos negros e feministas na juventude atual e como eles provocam mudanças na universidade e na sociedade. Da mesma forma, o hip hop, exemplo de cultura popular, algo valorizado com grande centralidade na Educação Popular. A gente não acessa a educação para aprender uma cultura da elite e esquecer da nossa. A gente acessa a educação e se apropria dela para socializar as nossas experiências e culturas em um nível maior, com todo mundo. As culturas populares, tradicionais ou contemporâneas, do mundo rural ou do mundo urbano, fazem parte de todo o processo de aprendizado, qualificando a educação e a ciência, portanto.

E de muitas maneiras a gente pode dizer que o que há de melhor no Brasil hoje não foi fruto do desenvolvimento econômico ou nacional promovido pelas classes dominantes, mas sim resultado da participação política protagonista dos trabalhadores, das lutas de seus movimentos. Não somos nós intelectuais que temos que civilizar os trabalhadores por meio da educação para que obtenham ascensão social. Somos nós trabalhadores – inclusive os educadores – que civilizamos as elites exigindo direitos sociais, conquistando

do bens sociais distribuídos para todos, como é o caso do SUS, diminuindo a exploração do trabalho e exercendo uma cultura de direitos. E a Educação Popular contribui decisivamente para todo esse processo.

Então, a gente não quer estudar apenas para ter um trabalho melhor – e não se enganem: um trabalho melhor, mais qualificado, pode até ter um salário melhor mas é um trabalho muito exigente também, inclusive intelectualmente. Vocês estão aprendendo isso desde os anos iniciais na escola, vocês estão sendo socializados intelectualmente e continuarão sendo na universidade, vocês sabem que o nível de exigência só aumenta. Como a Educação Popular nos ensina, essa socialização intelectual deve servir para melhorar a vida da classe trabalhadora, para melhorar coletivamente a vida dos mais pobres, porque a sociedade brasileira até hoje é extremamente desigual.

Esse é um elemento fundamental para o qual eu chamo atenção: o quanto a educação popular tem a ver com mudança social, com a emancipação da classe trabalhadora. Já o senso comum, conservador que é, pensa em termos de progresso e desenvolvimento, supostamente para todos. Contudo, quando se fala em desenvolvimento nacional esconde-se a desigualdade inerente ao capitalismo brasileiro, a qual revela que o desenvolvimento é sempre capturado para o lucro das minorias: os empresários, a burguesia.

Por isso tudo, é importante, ainda, termos em conta a memória das experiências de educação popular no Brasil, para que possamos continuar a praticá-la. Esse é também um desafio para vocês. Eu também trabalho com memória de intelectuais ligados aos movimentos populares. E a gente sabe que a história é contada do ponto de vista das elites, o “lugar de fala” deles lá de cima. Se deixarmos essa tarefa de lado, nossas histórias de lutas vão sendo invisibilizadas, esquecidas. A gente tem que lembrar sempre: “olha, aqui na Baixada já teve muito movimento rural, muitas lutas camponesas”, assim como há a presença forte de operários, de moradores e suas lutas. Esse também é um papel que pode ser desempenhado por vocês, jovens.

Para começar a concluir, gostaria de dizer que a Educação Popular sempre foi forte quando esteve ligada aos movimentos sociais. Essa energia, essa potência freireana, tem a ver com as experiências de participação política, de luta, o conflito social visto positivamente: a gente defender os nossos direitos e tentar construir uma sociedade diferente. Mas, nas últimas décadas, os movimentos

dos trabalhadores no Brasil enfrentaram muito desafios e dificuldades em vários níveis. O movimento sindical hoje vive muitas limitações ao fazer formação política, formação sindical, Educação Popular. A gente vê um empoderamento conservador na sociedade que assusta, mas que se deve também à desarticulação e ao enfraquecimento dos nossos movimentos populares. Muitas vezes a Educação Popular esteve casada com as lutas populares, outras vezes ela é capturada – positivamente ou negativamente – pelo Estado, tornando-se política pública. Muitas vezes, se impondo a lógica estatal, institucional, a gente acha que não precisa mais se mobilizar por termos pessoas de confiança ocupando postos institucionais. Mas a lógica do Estado é quase sempre a lógica do capitalismo periférico vigente entre nós, a de uma sociedade extremamente desigual. Por mais que nós sejamos bem-intencionados, essa lógica tende a não atuar em favor da maioria da população, os trabalhadores. Essa lógica funciona antes para a minoria burguesa dominante. Na história brasileira, a lógica estatal se democratizou apenas quando as classes populares lutaram coletivamente por seus direitos.

Acho que esse é um desafio para pensarmos o Brasil de hoje, do século XXI. Temos movimentos muito ativos contra o racismo e o machismo, mas temos também movimentos que estão invisibilizados ou enfraquecidos, que fazem falta na conjuntura. Os movimentos sindicais enfrentam dificuldades, os movimentos de moradias se transformaram. Em muitos lugares, por conta desse enfraquecimento e de confiarmos no funcionamento de um Estado supostamente benevolente, a gente vê uma extrema direita no Brasil e no mundo que quer nos convencer ser melhor a gente ter menos direitos.

Esta é uma primeira questão que destaco: como há um avanço desse discurso de ausência de direitos, que se apresenta como um discurso empreendedorista, um discurso liberal? O liberalismo no Brasil tem a marca da escravidão, tem a marca do racismo estrutural, tem a marca do patriarcado – aqui mais fortemente ainda porque somos uma sociedade muito desigual. Não somos desiguais porque assim escolhemos, mas porque na correlação histórica de forças entre as classes a gente conseguiu conquistar direitos sociais que hoje estão ameaçados.

Por que a precarização do trabalho, que sempre existiu no Brasil muito antes do advento do neoliberalismo, continua avançando mesmo com políticas sociais em andamento? Por que avança inclusive sobre os servidores públicos, com as propostas de reforma administrativa? Muitos trabalhadores não possuem direi-

tos; e quem tem, teme ter suas conquistas rebaixadas, ao invés de serem expandidas. É uma questão a ser enfrentada, pois tal tipo de discurso muitas vezes convince os mais pobres e vulneráveis: “sou trabalhador, me viro sendo entregador e motorista de aplicativo, como me preocupar com os outros?”. Ao mesmo tempo, os trabalhadores mais protegidos precisam defender a disseminação de conquistas trabalhistas, de modo a enfrentar o trabalho mais precarizado possível hoje existente, o do capitalismo de plataforma, no qual você não consegue saber nem quem é o seu patrão. Esse elogio ao trabalho sem direitos que o bolsonarismo faz no Brasil é uma questão que nos faz pensar. Certamente o enfraquecimento do movimento sindical propiciou o surgimento de uma geração de trabalhadores para quem é aceitável não ter direitos, para quem não faz sentido lutar por direitos. Essa é uma questão que a geração de vocês vai responder.

Uma segunda questão importante no Brasil contemporâneo é a violência, dado que o tema foi apropriado pelo bolsonarismo. Para muita gente passou a ser aceitável a nossa vida se resolver com armas, é a chamada sociabilidade violenta, conceito importante de nossa sociologia urbana. Relacionar-se com o outro não passa prioritariamente pelo afeto, pela arte, pela cultura, mas tantas vezes por meio da agressão, por meio da morte, ao ponto de virar marca de distinção social e de virilidade masculina. Não há novidade aqui, nossa sociedade sempre foi violenta, as regiões metropolitanas Brasil afora também, vejam a história aqui da Baixada Fluminense. Ao mesmo tempo, a história dos trabalhadores da região não pode se resumir à violência. Essa é uma questão para a gente pensar, para vocês pensarem, como têm feito, trazendo suas realidades para o mundo da ciência.

No caso da UFRRJ, nas Ciências Sociais, os estudantes querem pesquisar o tráfico ou a milícia do seu bairro, a violência cotidiana, as igrejas evangélicas/pentecostais, a cultura de raízes africanas de sua vizinhança... todas essas questões, levantadas por vocês, enriquecem e potencializam a ciência, capacitam a cultura e a educação a mudarem na sociedade. Por que no Brasil dos últimos anos, com ou sem crescimento econômico, a violência aumentou? Vocês responderão.

Uma terceira questão se coloca e tem a ver, inclusive, com a experiência de vocês com os pré-vestibulares comunitários, que por vezes têm menor procura nos últimos tempos, ao que parece. Do mesmo modo, nas universidades: quando entrei como professor na UFRRJ, em 2009, a gente tinha turmas mais cheias do que hoje. Não podemos esquecer que a gente viveu uma pandemia nos últimos anos. Mas vocês

jovens parecem manifestar mais dúvidas quando entram na universidade: “para que o meu diploma vai servir?”, “será que vale a pena estudar ou será que é melhor trabalhar logo de cara?”. Para muitos setores da nossa classe dominante, expressas pelo bolsonarismo, é melhor que vocês não estudem mesmo. Ser mão de obra barata faz sentido no capitalismo de plataforma, não é preciso que vocês se eduquem.

E quando se educam, quando vocês conseguem o diploma, por vezes não há trabalho adequado para o nível de qualificação alcançado por vocês. Trata-se do que chamamos “inflação de diplomas”. Não por acaso: o Brasil hoje é o que? Um exportador de soja e ferro para a China. A nossa economia regrediu do ponto de vista da industrialização. Olhem como é grande a responsabilidade da atual geração: estudar não basta (nunca bastou, como a Educação Popular sempre mostrou), é necessário lutar para mudar nossa sociedade, de maneira que haja emprego para os trabalhadores. Com a economia brasileira continuando do jeito que está, não haverá trabalho decente para todos. Vocês vão construir na luta social, inclusive, novos mercados de trabalho para vocês.

Então, para concluir: nós temos vários elementos de contradição em nossa sociedade capitalista. Ainda mais em uma sociedade extremamente desigual como a brasileira, em uma região periférica como a nossa. Uma saída possível continua sendo dada pela Educação Popular: o protagonismo dos jovens das classes populares, acessando a educação, impondo autonomamente sua cultura, para que vocês mudem a sociedade, produzam inovações.

Eu acho que todas essas são questões tremendamente desafiadoras. Mas o Brasil está igual a muitos lugares no mundo na terceira década do século XXI: em um momento decisivo para apontar se queremos uma sociedade que não funcione só à base do lucro, da riqueza e da distinção social, na qual sou melhor do que você porque eu tenho arma ou diploma... Não adianta conquistar o diploma para se sentir superior aos outros, a gente quer conquistar as coisas em comum com os outros. Há, pois, vários desafios colocados e não tenham dúvida: como a Educação Popular coloca para gente na prática, o protagonismo é do educando, das juventudes, das classes populares. São eles, isto é, são vocês que vão – por meio de suas iniciativas, esforços e lutas – resistir aos ataques que nós estamos sofrendo e propor algo diferente, mudar essa sociedade para melhor, de baixo para cima, como sempre fizeram na história os movimentos sindicais e sociais.

Referências

ALVES, J. C. S. Nos porões do lulismo: a segurança pública como política de extermínio. In: SANTOS, F. L. B., PERRUSO, M. A. & OLIVEIRA, M. S. (orgs.). O pânico como política: o Brasil no imaginário do lulismo em crise. Rio de Janeiro: Mauad X, 2020.

MANFREDI, S. M. A matriz freiriana de educação problematizadora recriada nas práticas de educação sindical. In: STRECK, D. R. & ESTEBAN, M. T. (orgs.). Educação Popular, lugar de construção social coletiva. Petrópolis: Vozes, 2013.

PERRUSO, M. A. Brasil: Movimentos Sociais, marxismo e socialismo. *Crítica Social*, nº 1, pp. 53-8, abr. 2003.

OLIVEIRA, F. A economia brasileira: crítica à razão dualista. *Estudos CEBRAP*, nº 2, pp. 4-82, 1972.

PERRUSO, M. A. Educação popular, pensamento social e classes populares no Brasil. *Terceiro Milênio - Revista Crítica de Sociologia e Política*, vol. 7, nº 2, pp. 87-113, jul.-dez. 2016.

PERRUSO, M. A. Em Busca do “Novo” - intelectuais brasileiros e movimentos populares nos anos 1970/80. São Paulo: Annablume, 2009.

PERRUSO, M. A. Pedagogia freireana e marxismo: a formação política na Via Campesina Brasil. *Estudos Sociedade e Agricultura*, vol. 25, nº 1, pp. 153-178, fev.-mai. 2017.

PERRUSO, M. A. & NARVAES, V. Educação do campo, concepções pedagógicas e transformação social In: LOBO, R. & PERRUSO, M. A. (orgs.) Educação do campo, movimentos sociais e diversidade: a experiência da UFRJ. Rio de Janeiro: Gráfica e Editora F&F, 2014.

SCHWARZ, R. Cultura e política. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

SILVA, L. A. M. A perda do protagonismo histórico do trabalho e as favelas. *Cadernos Metrôpole*, vol. 21, nº 44, pp. 21-8, jan.-abr. 2019.

Educação pública e educação popular: panorama do ensino na Baixada Fluminense

Leci Carvalho

Eu quero iniciar agradecendo muito, acho que estamos realizando aqui um encontro histórico. Nós estamos fazendo história em uma parceria com a Fiocruz, através do Museu da Vida, na pessoa da Paula Bonatto, que acompanhou todo o processo. Agradeço ao William que também é nosso parceiro.

Segundo o mapeamento realizado pela pesquisadora Angela Cristina da Silva Santos (2020), temos em torno de 355 pré-vestibulares no Rio de Janeiro, Aqui em Nova Iguaçu é uma média de 17 pré-vestibulares. Estamos falando de um território como Nova Iguaçu com uma população de quase 1 milhão de pessoas. Nesse espectro da região metropolitana, cujos grandes municípios, excluindo São Gonçalo e a capital do Rio, estão na Baixada Fluminense. Nós, que militamos nessa cidade, em Nova Iguaçu, e na Baixada Fluminense, temos vários parceiros constituindo essa grande rede. As realizações só são possíveis a partir das parcerias. Seja com o Renato, que conhecemos faz anos, seja com a Lívia, que chegou agora. Ou, ainda, com os professores do Centro de Agitação Popular - AGITA, professores do Pré - Vestibular para Negros e Carentes em Vila Operária, o Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação núcleo Nova Iguaçu, e outros. Estamos falando de um encontro, hoje, quase auto-gestionado. Sendo realizado mesmo com a falta de dinheiro, de estrutura, de tudo. Conseguimos no peito e na raça fazer esse encontro. Estamos vendo os cortes de verba que os governos estão aplicando em todo lugar e áreas, atingindo até o Museu da Vida Fiocruz. Sem falar dos prés que sobrevivem sem dinheiro nenhum, mesmo aqueles que têm algum grau de contribuição do aluno. Então, a gente está fazendo história de alguma maneira.

A gente precisa primeiro compreender duas questões. Podemos definir três nomenclaturas recorrentes de preparatórios populares, são eles: os pré-vestibulares, os pré-enem e os pré-universitários. São nomes dados de maneiras diferentes para um mesmo objetivo. Estes se classificam em popular, social e comunitário. A questão que eu quero localizar são os elementos distintivos na atuação desses preparatórios populares, ainda que os objetivos aparentemente sejam os mesmos. A partir dessas diferentes concepções e escolhas, a minha fala pretende problematizar a nossa atuação enquanto militantes da educação popular.

Eu venho de um tempo em que se discutia educação formal e educação não-formal. Esse era o corte. Dividimos da seguinte maneira: aquele que não tinha dinheiro e acesso pertencia à educação informal enquanto aquele que tinha algum dinheiro e acesso pertencia à educação formal. Até porque a escola nunca foi lugar para todos. Todo mundo sabe que em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, nós tínhamos filas enormes na frente das escolas para que as famílias conseguissem vaga. Se quisesse vaga no Ensino Médio para o filho, a mãe tinha que já amanhecer na fila. A escola pública não é para todos. E pergunto: hoje ainda quantas mães ficam na porta das escolas, enfrentando a fila, para inscrever seu filho na creche. Essa é a realidade do nosso território quando se trata do alcance da educação formal. A educação popular era informal, com a sua metodologia própria. Vejo que precisamos retomar a discussão de qual é o seu papel e objetivos. O objetivo é acessar a universidade? Qual universidade? À qual universidade estamos nos referindo: pública ou privada? Esse é um elemento que está posto na discussão para quem trabalha com a educação popular. Ele está posto no debate do próprio fazer da educação popular.

Eu trabalhei muitos anos no PVNC, inclusive em Comendador Soares. E um dos rachas, quando o PVNC começou em 95, foi sobre colocar ou não o aluno oriundo da escola pública e pré - vestibular social na universidade privada. Algo que não está resolvido entre nós no sentido de maior aprofundamento dessa discussão. Nós estamos no campo da defesa da escola pública, da universidade pública, da educação pública, para o público. Essa discussão é central para nós. Outro ponto são as bolsas na universidade particular. Essa é uma questão que nós, educadores populares comprometidos com a educação pública, precisamos discutir pois esse tipo de bolsa configura repasse de dinheiro público para a iniciativa privada. Essas bolsas são oferecidas aos alunos de instituições privadas frente a contrapartidas financeiras do Estado. Não adianta

a gente limpar o terreno e falar que esses elementos não estão postos. A gente precisa fazer essas reflexões, esses aprofundamentos, senão a gente acha que é simplesmente colocar nossos jovens no ensino superior.

A escolarização também é um elemento fundamental. A própria existência dos pré-vestibulares demonstra a falência do ensino público. Eles falam da falência do ensino médio. Não teríamos a necessidade do pré-vestibular visando o acesso à universidade se tivéssemos uma formação de qualidade no ensino médio público. A passagem da educação básica para o ensino superior seria automática. Nesse contexto pós - pandemia, o estudante que se forma no ensino médio, na verdade, fez um salto do nono ano para o terceiro ano. Mas, não é um problema exclusivo da pandemia. Isso já acontecia antes. A pandemia agudizou o problema. Porque nós temos hoje dois grandes problemas: a reforma do ensino médio e a Base Nacional Comum Curricular. O que é a Reforma do Ensino Médio? Ela trata de substituir algumas disciplinas por itinerários formativos. Você retira a disciplina de sociologia e inclui projeto de vida. Vamos supor que um aluno queira ser médico enquanto projeto de vida. Esse projeto de vida trabalhado na escola será alcançado por esse aluno? Quais são as garantias deste projeto? Quais são elementos de maneira oficial que sustentam esse projeto de vida? Se isso não bastasse, por conta do Novo Ensino Médio, uma grande parte dos professores da rede pública leciona em áreas nas quais não têm formação. Eles estão com um leque enorme de disciplinas nas quais não estão habilitados.

O Centro de Agitação Popular - AGITA tem o Pré - Enem Comunitário de Figueira como uma das frentes, funciona em um lugar próprio de 200m², fornecido por um companheiro, em cima de uma padaria, ponto super bem localizado no bairro. Somos absolutamente independentes. Tivemos que fazer uma reforma para entrar no espaço porque não tínhamos telhado. E a gente opta por cotizar junto aos professores a fim de levantar recursos para os gastos mensais. Com essa frente da educação popular enquanto processo de militância visando a mudança ao construir o diferente e fazer a resistência, quais são as dificuldades que a gente tem encontrado? O voluntariado para professores, em especial das disciplinas exatas, é muito difícil. Esses profissionais não estão nem na escola pública. O aluno passa pelo primeiro ano e segundo ano do ensino médio sem ver matemática, química e física. O espaço para o funcionamento dos prés também é um complicador. Antes a gente tinha a escola e a igreja abrigando essas iniciativas. Hoje, as igrejas estão ligadas ao campo

conservador que não abre as portas para um pré - vestibular de caráter popular. A gente está falando de uma escola que também não abriga mais os prés em seu espaço físico. Seja porque um pré em sua grande maioria funciona aos finais de semana e a escola não quer essa responsabilidade, seja por uma questão de segurança com mobiliário. Então a gente encontra essas dificuldades com o local. Sobre o problema da evasão, primeiro, nós estamos em um território onde os empregos são sazonais. E à medida que são sazonais, os alunos saem porque precisam trabalhar a fim de ajudar em casa e a família. Quem é professor da EJA (Educação de Jovens e Adultos), sofre o mesmo problema. Você começa com uma turma cheia e depois esvazia à medida que os chamados “bicos” surgem. Segundo, quando você pensa em um vestibular integral é necessário viabilizar o almoço. Enfim, qual a estrutura que oferecemos aos nossos alunos? Observo que muitas vezes o aluno não fica o dia inteiro porque não tem dinheiro para custear a alimentação. Esses são elementos para a nossa reflexão explicitados de maneira muito fraterna, mas que carecem de soluções coletivas.

Terminando, avalio como importante entender que o pré - vestibular social e o seu papel vão para além de colocar o aluno na universidade. E quem não compreende isso só trabalha na dimensão do acesso sem uma perspectiva crítica. Precisamos pensar esse espaço como resistência para a formação de pessoas. Uma coisa não é contraditória a outra. Estes espaços de unidade e atuação ampla enfrentam um grande problema quando não fazem a discussão sobre aquilo que os separa, isto é, das diferentes concepções que compõem essa unidade. Se não fizer isso, não há síntese. Precisamos discutir de forma aprofundada para produzir conhecimento, memória e história. Nós só somos protagonistas coletivamente. Os nossos prés são quilombos com grande número de mulheres na resistência. Precisamos também reforçar essa identidade na população, com os nossos alunos. É isso!

Referências Bibliográficas:

GADOTTI, Moacyr. A QUESTÃO DA EDUCAÇÃO FORMAL/NÃO-FORMAL. Suíça: INSTITUT INTERNATIONAL DES DROITS DE L'ENFANT, 2005. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5633199/mod_resource/content/1/eudca%C3%A7%C3%A3o%20n%C3%A3o%20formal_formal_Gadotti.pdf. Acesso em: 4 out. 2022.

SANTOS, Angela Cristina da Silva. MAPEAMENTO DOS PRÉ-VESTIBULARES POPULARES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: UFRJ, 2020. Disponível em: https://wikifavelas.com.br/images/e/cb/Mapeamento_de_Pr%C3%A9-vestibulares_Populares_do_Estado_do_Rio_%28vers%C3%A3o_2%29.pdf. Acesso em: 4 out. 2022.

O movimento dos PVNCs, ontem e hoje

Renato dos Santos Gomes

Bom dia a todos e todas! Obrigado! É uma alegria ter vocês aqui no nosso projeto. A nossa caminhada vem de longe. Hoje, neste Encontro, vamos bater um papo sobre educação popular, mas especialmente, o PVNC Vila Operária. O nosso núcleo tem 27 anos. Nós estamos aqui na luta e resistência da educação popular. São grandes os desafios ao longo desses 27 anos e a permanência da educação popular não é uma construção feita de uma hora para outra. A educação popular vai surgir pela necessidade e ausência da lógica do Estado. A gente surgiu da ideia da carência da educação pública em contemplar os nossos alunos.

Em 1990, nós tivemos aquela grande virada do processo do neoliberalismo de forma muito rápida aqui no Brasil, que foi uma surpresa para gente da classe operária que não estava entendendo o que estava acontecendo. Obviamente, como todo operário, a gente só trabalha e não consegue perceber o que está acontecendo ao nosso redor. Na década de 90, a gente se depara com dispositivos tecnológicos que dispensam os trabalhadores em massa e atribuindo ao trabalhador a responsabilidade por não estar qualificado para continuar no mercado de trabalho. Então foi o que sobraram: as privatizações. Elas jogaram nas costas do trabalhador que ele não consegue se manter no mercado porque não tinha qualquer qualificação. É nesse meio tempo que os pré-vestibulares começam a surgir. Em 1993, é criado o primeiro núcleo do PVNC em São João de Meriti. Já que as escolas técnicas não estavam diminuindo e as existiam não serviam para nada porque passavam por um grande processo de automação. Então, imediatamente corremos para a universidade. Era o que se imaginava: as universidades seriam o campo de salvação do pobre, dos menos favorecidos. Foi um grande enfrentamento para chegar à universidade. A gente sabe que a universidade é branca e rica, de repente você chega com pobre, negro e

com uma idade que já não era adequada para aquele “padrão” universitário. O pré-vestibular vai criando corpo e se aprimora com o surgimento de novos núcleos. Aqui na Baixada Fluminense, o nosso primeiro núcleo de PVNC será no bairro da Luz, em Nova Iguaçu, onde o Ricardo Sampaio coordenou durante algum tempo. O pré-vestibular do bairro da Luz se tornou o PVNC muito mais à frente, especificamente, em 1998. A nossa história começa em 1996.

Hoje, a gente enfrenta um enorme desafio em termos de educação popular. Se antes na década de 90, onde achávamos que ir para a universidade e romper com aquelas barreiras era a dificuldade, agora temos que tentar manter o aluno no mundo das incertezas que é a universidade, porque a universidade é um investimento a longo prazo e cheia de incertezas. Incerteza quanto ser ou não acolhido no mercado de trabalho por exemplo. O que gera todo um processo de frustração. E os movimentos sociais têm que ter essa preocupação que não é para levar o aluno para universidade e deixar o aluno abandonado na universidade porque ele vai bater e vai voltar. É difícil, mas cabe a gente tentar acompanhar a caminhada desse aluno, os enfrentamentos, porque ele não é bem-visto, ele não é aceito. A universidade quer o aluno pronto. Ela não quer um aluno que terá o trabalho de lapidar. Aquele aluno que sai da escola pública não é o aluno que a universidade espera, logo, não é o aluno que conseguirá bolsa pesquisa. Se a gente chega com uma certa idade no ambiente universitário é visto com desconfiança. Os movimentos sociais precisam encorajar essa pessoa para se manter dentro da universidade e enfrentar os desafios. E, por isso, os pré-vestibulares têm na sua essência a disciplina chamada “Cultura e Cidadania”. Esta disciplina pretende preparar os alunos para o enfrentamento. Essa foi a nossa grande luta na década de 90, o enfrentamento. Mostrar aos alunos que a universidade é para eles e aquelas pessoas lá são funcionários públicos para atender o público. Tentar mostrar para aqueles professores que são servidores, que eles estão ali para servir. A gente precisa ter o conhecimento do nosso direito de ocupação de espaço, a gente não pode ter medo.

Isso não é tão fácil de trabalhar porque muitos dos nossos alunos do PVNC nunca tinham andado nem de metrô, nunca tinham ida nem na UFRJ, não sabiam o que era UNIRIO, muito mal conheciam a UERJ. De repente, eles se deparam com aquele mundo inteiro e como é que vão para o enfrentamento. Eles não podiam ir sozinho. Então, a gente organizava o movimento dentro da própria universidade para o processo de combate. Só para vocês terem uma

ideia, quando surgiu a questão das políticas afirmativas, a questão das cotas, na UENF se criou a turma A e turma B. Nós tivemos que sair daqui do Rio de Janeiro para fazer o enfrentamento. O curso de engenharia tinha a turma A e a turma B. A turma A era quem? Eram os alunos não cotistas. Já a turma B eram os alunos cotistas. Quem eram esses alunos cotistas? Os alunos de escola pública, o negro e pobre. A turma A vinha do vestibular de ampla concorrência. Nós criamos uma comissão e fomos para a UENF para discutir e saber o motivo dessa separação, desse modelo de segregação que estava sendo implantado ali. Esse relato é para a gente ter uma ideia dos desafios da educação popular.

E hoje? Qual o nosso maior desafio hoje? Primeiro, estamos com alunos do terceiro ano que são alunos do nono e não do terceiro ano. Meu aluno que está no pré-vestibular é aluno do novo, ele está no terceiro ano. Esse é o primeiro desafio. Segundo desafio, é a gente falar para esse aluno que ele é aluno do nono. É ter consciência que ele é aluno do nono apesar de estar no terceiro ano. Esse é o segundo desafio que a gente tem. Terceiro. Esse aluno que é do nono e está no pré-vestibular tem que ter a noção da defasagem educacional que o estado o negou. Durante esses dois anos não teve uma política educacional. O estado não foi capaz e eficiente seja na esfera federal, estadual e municipal. Não tinha um plano de educação para lidar com a pandemia. Na verdade, a gente não discute educação, a gente discute escolaridade. O Brasil discute escolaridade, não educação. Esse plano de escolaridade não apareceu. E foram dois anos de grande defasagem. Tudo se culpa pela pandemia. O estado tem que estar preparado para os desafios. É para isso que nós votamos. Fazemos um contrato quando estamos votando, quem estamos colocando, elas precisam saber o desafio. E não cumpriram com a sua função. Foram dois anos com os alunos de escola pública sem aula. Para completar, a rede estadual de ensino tem um déficit de 8 mil professores. Então, o aluno em 2020 para no novo por conta das medidas sanitárias e volta para o terceiro ano depois da liberação e ainda não tem professor. Só que esse aluno precisa fazer vestibular. Aí o desafio começa a aumentar pois você precisa estimulá-lo e dizer que ele é capaz de fazer o vestibular, ele é capaz de vencer os obstáculos.

E qual será o nosso desafio para o ano que vem? Esse aluno que passar no vestibular, como ele será visto na universidade. Como o professor vai olhar para esse aluno. Qual o olhar que ele vai ter? Aquele aluno tem todo um processo de defasagem educacional que vai chegar no ano que vem obrigado a fazer “n”

disciplinas em “n” departamentos. Qual é esse olhar? Será que a universidade estará preparada para a chegada desse aluno? E se não tiver, qual o nosso papel enquanto movimento social? Qual o nosso papel enquanto militante da educação? Nós vamos abandonar o nosso aluno lá? Os pré-vestibulares sociais vão precisar se organizar para ocupar e acompanhar as universidades por meio de palestras e reuniões. Teremos que dialogar com os departamentos. Porque essa demanda que nós vamos ter com as universidades pelo menos três anos são alunos com grandes dificuldades, em virtude da ausência do estado. Isso não vai ser fácil. Porque a universidade não está preparada. A universidade conversou com quem? Estamos saindo da pandemia, esse é o primeiro ano que se fala em ano letivo educacional. O professor que está dando aula de biologia é o mesmo professor que dá aula de química e aula de física. Esse aluno vai para a universidade com o quê? Se esse aluno chegar na universidade e ele sair da universidade, ele não concluir o seu curso de graduação, todo o planejamento que você fez nos termos da educação popular começa a ser minado. E esse aluno vai trabalhar onde? O que ele vai servir e a quem ele vai servir?

Então, nós precisamos agir como se estivéssemos nos anos 90 hoje só que com desafios muitos maiores. Antes a gente discutia a política neoliberal, hoje a gente discute o que? Defasagem educacional, o despreparo dos professores, não tem procura nas licenciaturas, e a gente esquece de discutir a formação de professores no ensino médio. Discutir a permanência no curso de formação de professores. Eu preciso ter um olhar diferenciado para esse ensino médio. A formação de professores precisa e necessita ser rediscutida. Se não houver um incentivo, uma política, um direcionamento do que é lógica educacional, não adianta eu discutir evasão na licenciatura. Eu não me preparei. Eu não cheguei no ensino básico. Eu abandono o ensino básico. Quando eu abandono o ensino básico e fico olhando simplesmente para esta reforma do ensino médio, me preocupo muito mais com os cursos técnicos, mas eu esqueço de falar da formação de professores. Se eu não formar professores no seu ensino médio, eu não vou conseguir formar professores na universidade. O sistema educacional brasileiro é tão perverso que a gente começa com a divisão de classe. Quando você olha o professor da universidade federal, ele está em uma distância enorme daquele professor das séries iniciais. Parece que são professores diferentes. Quando você olha aquele professor que recebe o seu filho chorando no início do ano letivo e ao final do ano devolve o seu filho lendo e escrevendo, esse trabalho não é visto, não é lembrado. Por outro lado, a gente idolatra o professor

da universidade. Quem ensina a ler e escrever, a dar os primeiros passos, está ali na base. E tem uma defasagem salarial enorme. A universidade vai lapidar o companheiro que está lá estudando. Na nossa área da educação, e eu sou professor, a gente se hierarquiza: se eu tenho formação de professores à nível médio, estou abaixo de quem tem a graduação. Se eu tenho doutorado, eu estou acima de todo mundo. No topo da cadeia alimentar. O professor do ensino básico faz mágica. No final do ano, ele o entrega aos pais lendo e rindo. A criança já não está mais chorando, ela já quer ir para a escola. Você discute educação nesse país? Você discute escolaridade.

E a defasagem salarial. Eu vou falar uma coisa, enquanto pobre, a gente estuda para melhorar o salário. A gente estuda para se afastar de outros pobres. Eu vou fazer doutorado porque eu quero me afastar das outras pessoas porque o meu salário será maior. Com a quantidade de trabalhadores que não chegam ao ensino superior, se eu ficar no mesmo nível que eles, o meu salário vai ficar muito baixo. Eu não penso na lógica de estudar, da intelectualidade. Eu estou pensando em melhorar a minha condição financeira. Esses são os maiores desafios enquanto educação popular para pensar e repensar. Qual é o rumo que vamos tomar e qual é o desafio do ano que vem. Abandonar os nossos alunos lá na universidade é um tiro no pé. E não conscientizar os novos professores que darão aula é outro tiro no pé. A galera que está chegando para dar aula é muito nova, muito assustada. Depois de 27 anos dentro do pré-vestibular popular, chegar um companheiro para dar aula e falar assim: “e o senhor...”. Me chamar de senhor dentro do projeto? Essa companheirada que está chegando, está chegando com um vazio político. Nós montamos um curso de formação política para a companheirada que aqui está. E esse curso foi reconhecido pela Rural e pela PUC por uma lógica de certificado. A gente sente a necessidade da companheirada que está chegando precisa de formação. A gente precisa formar. Porque esse foi o nosso grande erro. Porque se a gente está na condição que está hoje foi porque erramos demais. E por que nós erramos? Porque quando chegamos ao poder, a esquerda relaxou e abandonou os movimentos sociais. Hoje eu vi aqui no primeiro bloco alguém falar sobre “associação de moradores”. Amigo, isso era muito bom quando a gente era oposição na década de 80. Mas quando a gente assume o poder, o que a gente faz? A primeira coisa que a gente faz é eliminar. Precisamos repensar os movimentos de base. Ter a consciência de que a gente precisa acompanhar a esquerda. Não basta ficarmos satisfeitos. A gente está passando por essa dificuldade porque relaxamos.

Ficamos com medo de ir para rua. Pensávamos que o PSDB era o nosso pior inimigo. Não basta eleger o Boulos, não basta eleger o PT. É acompanhar o mandato e ir para rua, reivindicar. Se relaxarmos perderemos de novo.

Referência Bibliográfica:

BRANDAO, C. R. Educação Popular. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FOLHA DIRIGIDA, Redação. À espera de concurso, Seeduc RJ tem déficit de 7 mil professores. Folha Dirigida, [s. l.], 6 jul. 2022. Disponível em: <https://folha.qconcur.com/n/concurso-seeduc-rj-2022-deficit>. Acesso em: 26 set. 2022.

GOMES, Renato dos Santos. A Formação Histórica do Pré - Vestibular para Negros e Carentes Núcleo Vila Operária. 1. ed. Curitiba-PR: Bagai, maio 2021. 72 p.

MATTOSO, J. O Brasil Desempregado. Como foram destruídos mais de 3 milhões de empregados nos anos 90. Editora: Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 2000.

BIBLIOTECA COMUNITÁRIA TRANSFORMANDO VIDAS: AÇÕES SOCIAIS, CULTURAIS E EDUCATIVAS.

*Livia Maria Brito
Fabio Lima Matos*

“Não se pode falar de educação sem amor”

FREIRE, Paulo. 1982, p.29

Sobre os voluntários:

Livia Maria Brito, brasileira, casada, 28 anos e moradora de Austin, em Nova Iguaçu. Graduanda em Direito na Universidade Estácio de Sá pelo Prouni. Atuo como voluntária, desde 2019, na Biblioteca Comunitária. Em relação às causas sociais, sou militante engajada nos movimentos que lutam contra o racismo e defendem a igualdade social. Ademais, fui a primeira pessoa da minha família a ingressar na faculdade. Sendo filha de mãe solo, e uma boa aluna desde sempre, brincava desde cedo de escolinha e sonhava em ser professora.

Sempre tive o coração voltado para ações sociais e, dentro desta causa, conheci o Fábio Lima. Na época, ele liderava um projeto para reabilitar dependentes químicos que se chamava: “transformando vidas”, localizado em Queimados. Inclusive, o nome combinava com o intuito do nosso projeto. No entanto, nos últimos anos, depois da morte de sua mãe, Fábio decidiu encerrar os trabalhos com dependentes químicos, se dedicando exclusivamente à sua família. Casado, pai de 4 filhos, sendo um filho adotivo.

Fábio trabalha como pintor de automóveis e é graduando em Sociologia. Enquanto trabalhava em sua oficina, ele observava as crianças brincando dia e noite no campo de futebol do Vale Ouro, bairro em que ele mora e onde se concentra a oficina, situada em Queimados.

Queimados, território conhecido como Baixada Fluminense, de acordo com o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE 2020), a Baixada compreende o total 13 municípios – Queimados, Japeri, Paracambi, Itaguaí, Mesquita, Duque de Caxias, Belford Roxo, Nilópolis, Seropédica, Guapimirim, Magé, São João de Meriti e Nova Iguaçu – e uma população aproximada de 6 milhões de pessoas. Em relação com a cidade do Rio de Janeiro, a Baixada Fluminense nasce no início dos anos 30, com a sua reincorporação urbana como periferia fornecedora de mão de obra barata para a capital. Desde aquela época, a característica de cidade dormitório se perpetuou na região onde seus trabalhadores e trabalhadoras mantêm um movimento pendular no percurso casa – trabalho; trabalho – casa.

Do ponto de vista cultural, é uma região com baixo número de equipamentos culturais, possuindo apenas 6% das bibliotecas. Concentra-se por ser uma localidade de periferia distante dos polos culturais do centro do Rio e da Zona Sul carioca, locais esses que agrupam a maior quantidade de equipamentos culturais do Estado. No Atlas da Violência de 2018, a cidade de Queimados, local onde o projeto atua, foi considerada a mais violenta do país. Comumente, estampa as manchetes de jornais com matérias sobre homicídios por armas de fogo, ocultamente de cadáver e chacinas – a exemplo da Chacina da Baixada, em 2005. Na região do Vale do Ouro, percebe-se graves problemas de acesso ao ensino público de qualidade, principalmente entre as crianças e adolescentes do bairro, que são acometidos pelo desinteresse – também dos pais – em relação ao ensino formal, resultando na frequência irregular na escola e no baixo letramento e alfabetização. O projeto torna-se não somente uma importante ferramenta de incentivo à leitura entre crianças e adolescentes, mas também no estímulo ao processo de formação e construção da cidadania das pessoas nos níveis iniciais de escolaridade e faixa etária.

O campo do Vale Ouro é cercado por comunidades. Algumas das crianças/adolescentes e seus familiares já se encontravam “perdidos” nas drogas e no crime. Diante dessa problemática, Fabio então decidiu iniciar com rodas de conversas, ballet, música; e incentivar as crianças a estudarem, se afastarem das drogas e da criminalidade. Além disso, ele organiza até hoje ações sociais para arrecadar alimentos e ajudar famílias do bairro do Vale Ouro. Fabio, assim, idealizou criar uma biblioteca comunitária e me chamou para ajudá-lo. A partir desse momento, comecei a realizar no campo, com as crianças do Bairro, as Oficinas de leitura, arte, jogos e cineminha. Acreditamos que o conhecimento é algo que precisa ser semeado cada vez mais – e a principal maneira para que isso ocorra é utilizando a interpretação, não somente de texto, mas de todas as informações que nos cercam, seja em uma roda de debate, comentários em redes sociais, reportagens impressas ou televisionadas etc.

As Oficinas acontecem no espaço da Biblioteca comunitária Transformando Vidas, aos sábados no turno da tarde, com duração de uma hora e meia cada. Atingimos em torno de 30 crianças e adolescentes, buscando contribuir para alfabetização e letramento, bem como o oferecimento de entretenimento, lazer e aprendizado de conteúdos que possibilitam o público-alvo do projeto fazer uma leitura do mundo pelo ponto de vista crítico, visando a formação cidadã desses futuros sujeitos.

O projeto, que se encontra situado na Estrada Carlos Sampaio, 593-631, Queimados – RJ, CEP: 26088-215, propõe-se a trabalhar com crianças e adolescentes de 5-16 anos de idade, de baixa renda, em estado de vulnerabilidade social, e que apresentam dificuldade na leitura e escrita. As condições atuais em que as famílias dos alunos da Biblioteca encontram-se, são precárias no que se refere à alimentação, higiene, educação, saneamento básico e saúde. A baixa escolaridade ou não escolaridade é uma das características de 90% das famílias da região, sendo a grande maioria dos núcleos familiares composta por pessoas pretas e pardas. No que tange ao gênero dos alunos, é bem dividido, sendo 50% feminino e 50% masculino. Ademais, há 1 criança com deficiência intelectual e 2 crianças com Autismo (TEA).

No final do ano de 2021, em dezembro, com a ajuda de alguns amigos e seguidores do projeto, conseguimos arrecadar alimentos, resultando em aproximadamente 30 pequenas cestas básicas que foram doadas para todas as crianças, a fim de ajudar

as famílias. Todos os recursos que conseguimos, através de doação, são utilizados para viabilizar a melhoria das oficinas de leitura da Biblioteca comunitária Transformando Vidas, permitindo, assim, a compra de materiais de apoio para melhor acomodação das crianças, visto que atendemos entre 25 a 30 crianças.

A função social assumida pela Biblioteca comunitária Transformando Vidas surgiu do interesse de inclinarmos sobre a realidade que nos cerca. E nossa atuação tem se direcionado para suprir carências da sociedade – especialmente carências informacionais –, promover a igualdade de acesso aos bens culturais e aos livros, incentivar à leitura e à formação de leitores, e possibilitar o amplo exercício da cidadania. Na nossa concepção, a Biblioteca é um lugar para os vulneráveis, aliás, o melhor lugar, pois onde há conhecimento, há inclusão e acesso.

Nossa origem e gestão não estatais nos colocam diante de um grande problema que é a sobrevivência. Dessa forma, as parcerias desempenham significativo papel, pois a Biblioteca é mantida por ajuda de voluntários, amigos de amigos, que foram chegando e partilhando as informações. Somos e buscamos sempre ser um local de acesso à informação, leitura e cultura dessas pessoas que não possuem outros espaços de educação, pois, como apontam Coelho e Bortolin: “[...] comparada às bibliotecas públicas, os produtos e serviços são os mesmos, no entanto, algumas características das bibliotecas comunitárias esboçam peculiaridades que as diferem [...]” (COELHO, C. D.; BORTOLIN, S, 2017, p. 97).



(Na foto da esquerda para direita: Renato, Livia, Erica e Fabio)

Hoje, juntamente com meu amigo Fábio e nossos cônjuges, lideramos o Projeto Transformando Vidas. Adentrei ao Projeto há mais de dois anos, e juntos garantimos a proteção integral, plena, cidadã e inclusão social das crianças e adolescentes do bairro, dando visibilidade e articulando outros projetos e escolas, haja vista a importância de ambos no compromisso com a formação social e intelectual dos sujeitos. Além disso, auxiliamos na construção de estratégias de prevenção e enfrentamento de fatores que condicionam a vulnerabilidade desse segmento da sociedade, quais sejam as situações de risco a que estão sujeitos.

Nesta perspectiva, o presente Projeto visa promover o desenvolvimento de ações de prevenção e combate de situações de risco e vulnerabilidade social que envolvem crianças e adolescentes. Nossos objetivos são: I- dar voz/visibilidade às crianças, adolescentes e suas famílias através das redes sociais; II- abordar temas inerentes ao cotidiano da população infanto-juvenil vulneráveis; III- possibilitar o exercício da cidadania através do esclarecimento e reflexão em relação às situações de risco que envolvem crianças e adolescentes em idade escolar; IV- estabelecer parcerias com outros projetos, que visam a Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente; V- combater a exclusão; VI- criar vínculo e articulação com a comunidade local.

Assim, é de suma relevância evidenciar o quanto nossa Biblioteca comunitária, periférica, faz um trabalho de “formiguinha”, visto que, sozinha, sem ajuda do poder público, vem tentando se manter em pé. Com muitos entraves, não conseguimos muitas das vezes alimentar as crianças e pagar sequer a passagem/alimentação dos instrutores voluntários. Em vista disso, temos um déficit muito grande de voluntários no projeto. Ainda não temos nosso espaço, os livros encontram-se amontoados, empoeirados e se deteriorando na Oficina de pintura de Automóveis do Fabio.

Como é difícil para nós atuarmos sem nenhuns recursos num cenário como este, de combate ao abuso, violência e exploração sexual; bem como de aniquilação da exclusão, do racismo estrutural e outros dilemas das comunidades periféricas. O nosso foco é na educação, pois só ela tem poder de transformar esse cenário.

Quando vejo rostinhos dos alunos, me vejo também como um espelho. Quando nova, não tive muito incentivo à educação, mas participava de pré-vestibulares comunitários, e fui criando amor aos estudos. É muito difícil o nosso trabalho como educador popular, tentando incentivar crianças e adolescentes a estudarem,

quando muitas das vezes eles não recebem nenhum tipo de apoio nesse sentido no âmbito familiar, não por maldade, mas sim por falta de acesso e conhecimentos dos pais. Nesse âmbito, ficamos responsáveis por tirar o conhecimento da inércia e colocá-lo em movimento. Como aponta Ezequiel Theodoro da Silva:

E como nós, professores e bibliotecários, precisamos nos movimentar no sentido de sair da “roda vida”, partir decididamente para conquista de condições e, assim, fazer rodar as rodas da leitura! As regras desse jogo são desleais - lutamos contra adversários extremamente poderosos, que não querem, por temerem a perda de seus privilégios, a democratização da sociedade e, conseqüentemente, da escola, da biblioteca e da leitura. [...] Sem tais responsabilidades - concretamente assumidas -, o pão da leitura continuará deitado no chão do terreiro, sem ninguém para lhe dar movimento. (SILVA, 1995, p. 10)

O hábito de leitura, quando não incentivado com abundante entusiasmo dentro do âmbito familiar, é o mais difícil de ser alterado, pois criança não segue ordem, criança segue exemplos. Outro dia, cheguei no campo do Vale Ouro para realizar a oficina de leitura com as crianças e elas estavam desanimadas para ler, então falei com elas: “hoje não terá oficina de leitura [...]”. Em seguida, peguei um livro, sentei-me na beira do campo e elas foram se aproximando, e me questionando: “Tia Livia, que livro é esse?”, “Qual a história desse livro [...]?”. Fui explicando, e elas ficaram animadas com o meu livro. De repente, alguns alunos pegaram livros e foram ler, e outros se aproximaram para ler junto. E são por exemplos poderosos como esse que acreditamos no nosso Projeto, buscando o incentivo ao conhecimento, pelo letramento pedagógico, dessas crianças e adolescentes.

O nosso trabalho é árduo, pois dentro desse cenário crianças e adolescentes do Bairro estão expostas aos malefícios que o mundo tem a oferecer. Não existem outros projetos e instituições, nem comunitária nem estatal. Desse modo, notamos como é evidente e doloroso o abandono do Estado com esse povo. Nosso conceito da educação popular não é um complemento, nem tampouco algo secundário. A educação popular é uma versão plus da educação, uma versão melhorada, onde os educandos têm voz e vez. A Biblioteca comunitária atua como um suporte onde a educação regular não consegue suprir as necessidades das pessoas, agindo como mais uma base para o ensino. Dessa forma, a Biblioteca, desenvolve um incalculável trabalho junto à comunidade periférica e empobrecida do Bairro Vale Ouro. Levamos não apenas o livro, este objeto mágico, mas também o acesso à leitura.

Esses espaços de saber e de emancipação do aprendizado já estavam sofrendo, antes da pandemia do Coronavírus, com cortes e contingenciamentos. Atualmente, neste momento dramático, urge que sejam dados o suporte e o apoio necessários para que possamos prosseguir com nosso trabalho dentro das comunidades, onde o poder público não chega.

Percebe-se que, com tudo isso, a necessidade das iniciativas culturais em Queimados, em prol do desenvolvimento da cidadania, cada projeto, cada ideia, cada dinâmica criada para atender uma comunidade carente de cultura são necessários para fortalecer e, na maioria das vezes, cultivar nas pessoas o espírito de ser cidadão, e não apenas um indivíduo excluído, à margem da sociedade – tornando-se apenas massa de manobra. Pois, como aponta Paulo Freire: “Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o opressor” (FREIRE, Paulo, 18).

A nossa maior dificuldade hoje é não ter um lugar para nossas atividades. Como dito, nos encontramos mal acomodados na oficina de pintura do Fabio, com os livros se deteriorando. Mas dentro de mim há uma voz que grita: “Comece com o que tem, com o que pode fazer”.

Como podemos ver, infelizmente uma grande quantidade do acervo doado foi descartado devido ao alto grau de deterioração pela grande quantidade de fungos visivelmente presentes.

O ambiente sendo exposto (na oficina de leitura) não é favorável para armazenar os livros que estão sujeitos a várias intempéries do tempo. Porém, a ideia da Biblioteca não pode ser descartada por esse motivo, o que me leva a sonhar com a primeira ação para a futura inauguração: higienização do acervo, descarte dos livros contaminados e limpeza das estantes. Incluindo, ademais, a busca por doações de móveis mais adequados para armazenamento dos livros.

Para chamar a atenção da comunidade e das crianças, ações precisam ser realizadas para estimular a frequência ao local. Para atrair crianças e adolescentes, atividades como roda de leitura, teatrinho e aula de pintura são essenciais, a fim de desenvolvermos a imaginação e o convívio em grupo. Manifestações culturais também são necessárias para impulsionar a Biblioteca, como a Festa Junina e o Halloween, por exemplo.



(Livros danificados, com fungos para descarte).

De vez em quando, converso com as crianças que elas precisam dar valor ao nosso esforço. Não é fácil para nós, educadores e professores, abdicarmos da nossa família, nosso conforto, para realizarmos projetos como este da Biblioteca comunitária. Os projetos sociais têm estas características de trazerem reflexão e enriquecimento cultural. Eu, Livia, constantemente dialogo, com muito entusiasmo e alegria, para as crianças que me ouvem: “Estou aqui hoje, amanhã (no futuro) preciso que vocês estejam aqui no meu lugar. Para o que vocês vão usar esse privilégio de estudar? Para realizarem o sonho de fazer Faculdade? Para somente se destacarem e se afastarem desse bairro? Ou para ajudar outras pessoas? Para trazer acesso e inclusão a outras pessoas?”

REFERÊNCIAS:

- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*, 1996.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- COELHO, C. D.; BORTOLIN, S. A contribuição das bibliotecas comunitárias para a formação de leitores: a voz da comunidade. *Convergência em Ciência da Informação*, v. 2 n. 3, n. 3, p. 8-28, 2019. DOI: 10.33467/conci.v2i3.13667. Acesso em: 26 abr. 2023.
- SILVA, Ezequiel Theodoro da. *Leitura na escola e na biblioteca*. 5. ed. Campinas: Papirus, 1995.

Fotos do I Encontro de Educação Popular



Apresentação artística do rapper Einstein NRC no Encontro de Educação Popular.



Convidados e organizadores do Encontro de Educação Popular



Exposição Manguinhos Território em Transe no Encontro de Educação Popular



Fala institucional de Maria Paula Bonatto na abertura do Encontro de Educação Popular



Leci Carvalho na mesa Educação Popular e Território no Encontro de Educação Popular



Lucia Souto na mesa Educação Popular conceito, trajetória, lutas e resistências no Encontro de Educação Popular.



Marco Antonio Perruso na mesa Educação Popular conceito, trajetória, lutas e resistências no Encontro de Educação Popular



Samanta Pereira, dirigente do SEPE Nova Iguaçu, no Encontro de Educação Popular

Parte II

Pré-Vestibular Social do Bairro da Luz: uma experiência em educação popular

Danúzio Ribeiro Alves

No dia 15 de outubro de 2022, dia do professor, estávamos vivendo um dos momentos mais difíceis de nossa recente história democrática. Momento em que quase todos os setores de nossa institucionalidade política e governamental estavam se desviando de suas finalidades constitucionalmente consagradas, a duras penas, para servirem a interesses diversos e, em grande parte, contrários aos princípios mais elevados do arcabouço civilizatório ocidental. Era praticamente impossível para qualquer cidadão brasileiro medianamente possuidor de bom senso, de conhecimento e de algum grau de humanidade, não estar preocupado e indignado com a situação e os prováveis rumos de nossa sociedade se algo não fosse feito em prol da vida digna, da paz, da diversidade e da convivência pacífica. E foi assim, preocupados e indignados, mas também com muita disposição e esperança que, precisamente no dia em que os professores devem ser homenageados, unimos forças, propósitos, histórias, corações, ideias e recursos para que estivéssemos juntos em um debate sobre Educação Popular na Baixada Fluminense.

Emocionamo-nos e aprendemos muito com as experiências narradas por Lucia Souto, pelo Professor Marco Antonio Perruso e por Lívia Brito sobre as nuances mais humanas, acolhedoras e frutíferas dos movimentos de Educação Popular em nossos territórios da Baixada Fluminense com todos os marcadores socioculturais que a compõem.

Fiquei com a tarefa de trazer para este cenário mais uma experiência de luta que pode enriquecer este debate sobre Educação Popular na Baixada Fluminense, contando um pouco da história do Pré-vestibular Popular do Bairro Da Luz, que funcionou em Nova Iguaçu de 1995 a 2008, do qual fui um dos fun-

dadores. Para isso, entrevistei Andreia Sheila Farias Gomes, ex-aluna e coordenadora, Ricardo Sampaio da Silva, ex-aluno e coordenador, e José Martins Ferreira Dias, fundador e coordenador; contei também com a minha própria análise enquanto coordenador e professor.

Cabe ressaltar que o PVP-Bairro da Luz foi fruto do trabalho de muitas pessoas cujos nomes, pela quantidade e pelo tempo decorrido, não constam do presente texto. Alguns terão seus nomes citados, outros não, sendo de inteira justiça marcar aqui suas lembranças, haja vista que uma quantidade bem grande de pessoas trabalhou nesse projeto, todas de forma voluntária, sendo o PVP resultado de um trabalho comunitário, popular, plural e laico. Características essas que já nos permitem começar nossa reflexão acerca da Educação Popular.

É por demais sabido que a formação do sistema educacional brasileiro teve objetivos claramente definidos por um processo extremamente colonialista, cujas pretensões sempre foram bastante pírias no que diz respeito a emancipação, capacidade crítica e autoconhecimento do educando.

Desde a antiga colônia até a atual república democrática, houve algumas mudanças formais, porém pouco substanciais. Para as classes populares, tanto aquela velha educação do sistema jesuítico, voltada para a catequização de nativos e posteriormente para os filhos da elite colonial, quanto esta nova educação do neoliberalismo, destinada aos filhos da elite empresarial, mostram-se distantes, ineficazes e, muitas vezes, prejudiciais, haja vista esta recente reforma do ensino médio, lei 13.415/2017, que beira as raíais da perversidade.

Sob outro prisma, é justo concedermos que houve alguma evolução no sistema educacional de nosso país, fruto de lutas que não devem ser esquecidas, tais como a inclusão de mulheres nos corpos discentes e docentes; a adoção de princípios como a universalização, a laicização e a não violência; e as ações afirmativas das políticas de cotas raciais. Entretanto, em um país tão extenso, tão diverso e tão desigual economicamente, o prejuízo causado pela ausência daquilo que ainda nos falta conquistar talvez seja maior do que a alegria causada por aquilo que já conquistamos. Temos uma história de luta na educação ainda longe do termo.

O fato é que o Brasil utiliza há certo tempo a expressão Educação Popular, mas nem sempre ela significou aquilo que atualmente entendemos após as contribuições de Paulo freire, Carlos Rodrigues Brandão e outros pensadores.

Observemos que nos anos 20/30 o processo de industrialização movia a maior parte dos recursos e políticas nacionais. Nesta esteira do desenvolvimento industrial, dois fatos ocorrem: o êxodo rural, caracterizado pela concentração de parcela significativa da população nos eixos urbanos e o completo abandono dos descendentes de pessoas escravizadas os quais não receberam nenhuma política pública destinada a sua integração social. Foi dentro desse contexto que, ainda na década de 30, estabeleceu-se um sistema de educação pública elementar, adotado pelo governo central, claramente destinado a fornecer mão de obra qualificada para as indústrias. Esta pretensão chegou a ser elevada ao nível constitucional na Carta magna de 1937, artigo 129, incluindo ações nacionalmente organizadas visando ampliar o ensino elementar para os adultos.

Terminada a ditadura varguista, a partir de 1945, no processo de redemocratização, o governo federal teve por meta a massificação da educação de adultos mediante uma campanha nacional altamente alardeada, com início em 1947. Prometendo resultados rápidos e milagrosos, o projeto previa alfabetização em três meses e o curso primário em dois períodos letivos de sete meses cada um. Obviamente tal pretensão, desprovida de recursos e material humano, além de dissociada do conhecimento da realidade dos brasileiros, não obteve sucesso. As diferenças entre a vida rural e a vida urbana eram muitas, fazendo com que nas zonas rurais os fracos resultados gerassem um grau alto de contrariedade. No final dos anos cinquenta, após muitas críticas, a campanha acabou. No ano de 1961, com a abertura para o capital estrangeiro, foi criado o Movimento de Educação de Base-MEB pela Confederação Nacional de Bispos do Brasil – CNBB cujo objetivo era expandir ao máximo a alfabetização de adultos. Todas essas iniciativas trazem consigo a ideia de Educação Popular, porém ainda vinculada ao seu caráter meramente quantitativo e limitada a simples alfabetização. O termo “popular” era entendido apenas como “para todo o povo”, incluindo os povos rurais, periféricos, hipossuficientes e interioranos, dado o seu escopo de aumentar a mão de obra necessária à industrialização. Nessa toada, os brasileiros não alfabetizados eram tratados como culpados pela ausência de êxito no processo educacional. Isto é, a campanha era forjada por uma espécie de pedagogia que desumanizava e oprimia o analfabeto, con-

siderando-o incapaz. Essa falsa ideia do sujeito a ser educado implicava uma também falsa visão da comunidade em que os sujeitos estavam inseridos. O sujeito era visto como vazio, sua comunidade era ignorada e seus valores desprezados. Evidentemente, era um sistema fadado ao fracasso que perpetrava o desconhecimento do Brasil e de seu povo.

No entanto, embora desconhecido pelo governo, o povo vivia, trabalhava, plantava, alimentava-se, fazia arte, enfrentava a dureza do trabalho. O povo tinha vivências em abundância, linguagens não escritas, hábitos, crenças e valores os mais diversos. O que ainda não havia eram “jeitos” para lidar com estes saberes prévios.

No início dos anos 60, Paulo Freire e sua equipe da Universidade Federal de Pernambuco lançaram os primeiros conceitos do que eles chamavam de educação libertadora. Conceitos que viriam a dar à Educação Popular sua principal característica: a de ser emancipadora.

Assim, a Educação Popular dá mais um passo em sua marcha conceitual e passa a ser pensada como um processo capaz não somente de alfabetizar, mas também de aumentar a capacidade crítica; expandir a visão de mundo; ampliar o conhecimento de si mesmo; valorizar os saberes prévios do cidadão e de sua comunidade; valorizar todos os atores envolvidos no processo, construindo uma atmosfera de afeto e não violência. Dentro dessa ótica, conhecer o educando em sua demanda torna-se tão importante quanto renovar o educador em sua oferta. Saberes populares e saberes científicos se encontrando e construindo uma nova realidade.

A Educação Popular, assim considerada, foi se firmando com seu caráter de pedagogia, de filosofia, de práxis e de política ao mesmo tempo em que ia definindo suas bases, quais sejam: gestão democrática, ética, solidariedade, transformação social, afetividade, não violência, entre outras. Não se definindo por conteúdos, mas por princípios, metodologias e objetivos, ela pode ser aplicada nas mais diversas áreas do conhecimento.

Assim, como percebemos na narrativa de Lucia Souto, temos a Educação Popular aplicada na área da Saúde com resultados expressivos. Além de termos conhecimento de sua aplicação, nos assentamentos rurais, no EJA, etc. Também já é consenso que a Educação Popular vem sendo aplicada no movimento dos pré-vestibulares populares, o que enseja nossa análise.

O Pré-vestibular Popular de Nova Iguaçu foi inspirado no Pré-vestibular para Negros e Carentes – PVNC idealizado pelo Frei Davi que funcionava em São João de Meriti, também Município da Baixada Fluminense. Entrementes, há um detalhe interessante em sua origem. Ele nasce de uma demanda da própria comunidade no caso de duas jovens moradoras do Bairro da Luz, uma delas entrevistada, Andreia, desejosas de fazer o curso superior, mas sem condições financeiras para pagar um curso preparatório. No início do ano de 1995, elas foram ao PVNC do Frei Davi, porém a distância de suas residências tornou inviável o ingresso de ambas. Isso não as desanimou. Mantiveram-se firmes no propósito de buscar ajuda para conseguirem ingressar na faculdade.

Havia no Bairro da Luz um Centro Espírita, da linha popularmente conhecido como Kardecista, chamado Luz de Escol, que ajudava muito a comunidade abrigando e cuidando de idosos carentes, levando alimentação aos moradores de rua, distribuindo cestas básicas, roupas, assistência médica e remédios, entre outras atividades assistenciais. O Centro era presidido pelo Saudoso Jorge Eduardo Mantilha de Oliveira.

Andreia pensou “poxa, o Jorge ajuda tanta gente!”. Partiu para lá e perguntou se ele podia criar um pré-vestibular comunitário no Bairro. Jorge respondeu imediatamente que sim e convidou José Martins Ferreira Dias, colaborador do centro, para coordenar a criação deste curso, o que aceitou prontamente. Eu, que também era colaborador do Centro, fui chamado por José Martins.

Em paralelo, Andreia percorreu a comunidade, visitando casas e escolas, em busca de pessoas com a mesma vontade de ingressar em uma faculdade para serem alunos do curso e também daqueles que pudessem ser coordenadores e professores. Ela conseguiu vários alunos e chamou Ricardo Sampaio, residente e diretor da associação de moradores, e a Professora Neide, moradora e docente em uma escola do bairro. Ambos, sem hesitação, engajaram-se nos trabalhos da coordenação.

Após algumas reuniões, começamos a dar concretude ao projeto. Espalhamos cartazes pelo Centro de Nova Iguaçu, no fórum, em restaurantes, bares, lojas, etc. E foi num restaurante que conseguimos nosso primeiro professor voluntário, Pedro William da Costa, de História, convidado por Paulinho, colaborador do Centro Luz de Escol, que trabalhava no restaurante. Seguimos chamando outros e mais outros, de maneira que em pouquíssimo tempo o projeto se tornou realidade. Começamos nossas aulas nos meados de 1995 em uma sala do Colégio Estadual Bernardino de Mello Junior. Foi o primeiro pré-vestibular popular de Nova Iguaçu. A voz da comunidade foi ouvida.

Muito bem, para não correremos o risco de ser excessivamente narrativos, o desenvolvimento do PVP será contado em seguida, dentro do decorrer de nossa análise sobre Educação Popular. Ressalvamos que durante a criação e o desenvolvimento do curso, até onde sabemos, nenhum de nós teorizava ou sequer tínhamos por princípio estudar Educação Popular. Nossa crítica pela lente conceitual da Educação Popular ocorre agora, o que, a meu ver, é bem interessante.

O primeiro fato a considerar nesta análise é a importância de ter-se consolidado na Educação Popular a necessidade de escutar o educando e conhecer sua realidade. Primeiro porque uma coisa é o que os governos querem ofertar dentro de seus interesses, outra coisa é o que as comunidades querem dentro das suas necessidades. Neste contexto, podemos depreender, da narrativa de Lucia Souto e das práticas do PVP-Bairro da Luz, que tais experiências nasceram em razão de uma demanda expressa pelos próprios sujeitos. Ou seja, havia uma realidade social manifestando o desejo de se transformar. Sujeitos de uma classe popular, sonhando trilhar um caminho majoritariamente percorrido por outras classes, foram ao encontro de pessoas com conhecimento e uma profunda vontade de contribuir para que a sociedade se torne mais justa. Terreno fértil para um movimento de Educação Popular, mas é importante destacar, conforme asseverou José Martins, que para que o projeto ganhasse crescimento e estabilidade era imperioso não abrir mão de alguns aspectos fundamentais: a) gestão democrática b) pluralidade c) transparência d) autonomia e) solidariedade. Essa consideração é importante porque o PVP Bairro da Luz emergiu em uma instituição religiosa, porém isto não foi obstáculo à criação de um ambiente plural e laico, havendo entre professores e coordenadores espíritas, católicos, ateus e pessoas que não tocavam neste assunto. Além de comportar grande diversidade política, étnica e de gênero.

Todavia para que essa pluralidade fosse preservada e frutífera, foi preciso manter a horizontalidade, quer dizer, manter o curso distante de qualquer adesão à religião institucional e de partidarismos eleitorais, sem, contudo, desprezar a afetividade entre as pessoas e a crítica política no sentido mais amplo da palavra “política”. Isso porque privilegiar esta ou aquela religião ou este ou aquele partido/candidato poderia acabar por destruir a pluralidade; deturpar a visão sobre o ser humano que está sendo educado e sua realidade; minar a autonomia; e impedir a gestão democrática, o que caracterizaria um afastamento do bem-fazer da Educação Popular.

Também é possível deduzir, a partir das práticas relatadas nas entrevistas que embasam este texto, que não bastaria criar um curso pré-vestibular para classes populares com bons professores, bons conteúdos, aulas convencionais e aprovar alunos. Estaríamos diante de uma tarefa assistencial até útil e caridosa, mas não sabemos até que ponto essa circunstância transformaria realidades. Com efeito, podemos reconhecer que utilitarismo e caridade não constituem princípios básicos da Educação Popular porque esta tem por base a “solidariedade”, que pressupõe uma fusão entre as partes na qual nenhuma delas é vazia. Ambas se fazem sólidas naquilo que têm: sentimentos, saberes e objetivos. Portanto, em palavras freireanas, a Educação Popular não comporta o ensino bancário.

Dessa forma, entendemos que os cuidados tomados pela gestão foram gerando bons resultados práticos. O ambiente se tornava cada vez mais acolhedor; a rede de afetos só aumentava juntamente com a credibilidade, o respeito e a influência do curso na comunidade; e o número de alunos aprovados só crescia. A maioria dos alunos que entrava na faculdade voltava para o curso para dar aulas e ou colaborar na coordenação do PVP-Bairro da Luz e de outros Prés comunitários que iam se formando em Nova Iguaçu e adjacências. A gestão era aberta e todas as decisões eram colegiadas. Debates, rodas de conversa e de leitura, jograis, saraus, grupos de estudo nas casas dos alunos, palestras a céu aberto nas praças, idas a teatros e outros meios de estudo comunitários e não convencionais constituíam grande parte do processo de ensino. A Educação Popular, enquanto pedagogia / metodologia / filosofia era uma realidade prática, apesar de não ter sido objetivamente um referencial teórico.

O curso foi mudando de local sem alterar sua estrutura e seus princípios. Começou em uma escola. Depois funcionou em uma entidade espírita (Fraternidade Oficina do Amor). E finalmente em uma Igreja Católica onde terminou após cerca de treze anos de existência.

Finalmente, esclarecemos que este pequeno texto não tem a pretensão de esgotar o assunto, nem de estabelecer convicções. Nossa pretensão é lançar luz e reflexões sobre nossas práticas. Unir relatos de experiências que para serem úteis precisam ser contadas. Estimular os estudos sobre Educação Popular e fortalecer os ânimos para sua prática. Por isso, não podemos deixar de registrar que a 19ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), que nos proporcionou este evento em Nova Iguaçu, é um marco importantíssimo para a nossa história. Os eventos foram repletos de emoção, estudo, encontros, reencontros e vão ficar em nossas memórias e corações feito combustível para a longa estrada que temos pela frente. Muito obrigado a toda a equipe, aqui representada pelo William, pela dedicação, pelo profissionalismo, pela simplicidade e pelo carinho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDDT, Hannah. A Crise na Educação. In: Entre o Passado e o Futuro. 7.ed. São Paulo: Perspectiva. 2011.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é educação. São Paulo: Editora Brasiliense, 2002

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

PILETTI, Nelson. História da Educação no Brasil. 6. ed. São Paulo: Ática, 1996.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira, História da Educação no Brasil. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

WEHLING, Arno e WEHLING, Maria José. Formação do Brasil colônia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Breves considerações sobre a criação da Rede de Educação Popular da Baixada Fluminense

William Matheus da Cruz Souza

A proposta deste texto é apresentar em linhas gerais o surgimento da Rede de Educação Popular da Baixada Fluminense a partir da relação estabelecida com o Museu da Vida Fiocruz visando a participação de quatro coletivos de Nova Iguaçu e Queimados, pertencentes ao campo da educação popular, nas atividades da XIX Semana Nacional de Ciência e Tecnologia da Fiocruz, em outubro de 2022. Pretende-se também comentar sobre as principais discussões, temas e assuntos que apareceram durante as reuniões preparatórias ocorridas entre maio de 2022 e a data do evento, tendo como base os resumos disponíveis que funcionam como atas de registro dessas reuniões, bem como a minha própria inserção de mediador entre os coletivos e o Museu da Vida Fiocruz na condição de produtor cultural e morador local, além de representante institucional ao lado da servidora pública e educadora Maria Paula de Oliveira Bonatto.

Como tudo começou...

A ideia da “SNCT Fiocruz em Nova Iguaçu” surgiu do interesse de dois coletivos de Nova Iguaçu, são eles, o Espaço Cultural Odette Vidal Cardoso e Pré - Vestibular e Centro de Agitação Popular – AGITA, em visitar o Museu da Vida Fiocruz através do “Expresso da Ciência” (ônibus gratuito disponibilizado pelo Museu da Vida Fiocruz à escolas públicas, ONGs, pré - vestibulares sociais e etc. por meio de agendamento prévio) com o intuito de aproximar a Fundação Oswaldo Cruz desses territórios. A demanda chegou por dois caminhos distintos e paralelos: o pré encaminhou a sua demanda ao Museu via produtor cultural e morador da Baixada, William Cruz, enquanto o espaço articulou junto à educadora e, à época, chefe do Serviço de Educação, Maria Paula de Oliveira Bonatto.

Educação Popular e Saúde: lições da Baixada Fluminense

Devido à ausência de vagas no agendamento para visitação por meio do “Expresso da Ciência” nos meses que se seguiram, a realização da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia de 2022, em outubro, foi apontada como a melhor chance para concretizar as demandas apresentadas visto que neste período ocorre a ampliação do número de ônibus a fim de atender uma maior quantidade de público. Tendo em vista que ambos os coletivos pertenciam ao mesmo município, pensou - se ser estratégico a busca de outras organizações nos territórios da Baixada Fluminense interessadas em estabelecer relação com a Fiocruz através do Museu. Foram convidados o Pré - Vestibular para Negros e Carentes de Vila Operária e a Biblioteca Comunitária - Transformando Vidas.

O grupo decidiu se encontrar por reuniões online, sempre noturnas, para facilitar a participação de todas as pessoas já que trabalhavam durante o dia e residiam em bairros distantes apesar de pertencerem ao mesmo município ou em outro município, o que dificultaria encontros presenciais. Após as reuniões eram feitos resumos com os principais pontos debatidos e o arquivo compartilhado no grupo de whatsapp. William Cruz, enquanto trabalhador do Museu e morador de Nova Iguaçu, articulou e conduziu as reuniões. Ao todo foram 14 reuniões entre maio e outubro de 2022. Nestas reuniões estavam presentes representantes das organizações territoriais e do Museu da Vida Fiocruz. Elas serviram para formular a proposta do conjunto de ações que culminaram na atividade “SNCT Fiocruz em Nova Iguaçu”, integrante da programação da XIX SNCT Fiocruz, em parceria com o Museu.

A ciência no centro da discussão

Além de servir à organização das ações, as reuniões também suscitaram discussões a respeito da prática da educação popular, notadamente, em uma conjuntura que reunia os recentes impactos do novo ensino médio e Base Nacional Comum Curricular e os desafios postos pelo ensino remoto adotado no decorrer da pandemia de COVID - 19. Somado ao momento em que o país era governado pela extrema - direita de feições neofascistas que viu na educação e ciência uns dos seus maiores inimigos.

Diante do forte movimento negacionista e antivacina que disseminava a desinformação por meio das “fakes news” sobre o andamento da pandemia e medidas sanitárias indicadas pelas autoridades, reforçou - se amplamente no imaginário social o descrédito com as instituições, cientistas e a própria ciência. Nesse cenário

preocupante, ao longo das reuniões, o grupo buscou refletir sobre a necessidade de lançar um olhar crítico para a produção científica no país na defesa de uma ciência popular, entendida a partir dos conceitos de educação popular e popularização da ciência. Nesse sentido, resgatando o conceito freireano de educação dialógica em que o saber científico deve respeitar os saberes populares, construídos em práticas comunitárias, problematizando a ambos em sua razão de ser (FREIRE, 1996).

Nos termos de Marco Antonio Perruso, a educação popular pode ser compreendida como “expressão que nomeia um conjunto muito abrangente de concepções e práticas pedagógicas e políticas estreitamente relacionadas aos movimentos sindicais e sociais, urbanos e rurais, então em ascensão nos anos 1970 e 1980” (Perruso, 2016) que se afastando de um neutralidade cientificista “envolve continuamente produção ou valorização de conhecimento orientado politicamente” (Perruso, 2016). Já a popularização da ciência podemos entender, por meio de abordagens mais contemporâneas na literatura, como o reconhecimento da “importância do conhecimento advindo dos resultados científicos, sem menosprezar aqueles que representam o senso comum, enfatizando a relevância do diálogo entre os públicos envolvidos” (Piccoli; Stecanela, 2023).

Percebe - se, portanto, uma necessidade de reaproximação entre a ciência através de suas instituições, a exemplo das universidades e museus, e a educação popular em bases mais horizontais, sustentadas pelo respeito e colaboração sem abandono das críticas mas fazendo-as de forma séria e fraterna. Propõe - se a ocupação da ciência hegemônica de tradição branca, européia e americana, masculina e elitista por populares, uma vez que se torna impossível a sua total exclusão, modificando - a partir de novos temas, conceitos, categorias e metodologias com a acesso da juventude oriunda das classes populares ao nível superior.

O resgate da memória

O ano de 2022 foi marcado pela efeméride do bicentenário da independência do Brasil provocando diversas atividades, discussões e disputas. Oportunizando que atores sociais não representados nas narrativas oficiais sobre a independência lançassem novas abordagens, recortes e olhares sobre o significado e repercussões deste acontecimento para a maioria da população, negros, mulheres, indígenas, LGBTQIAPN+, moradores de periferia, entre outros.

Dentro das ações “SNCT Fiocruz em Nova Iguaçu” foi elaborado um percurso expositivo como forma de contar os 200 anos de ciência, tecnologia e inovação na Baixada Fluminense. Assim, buscando a valorização da produção científica e tecnológica deste território e rompimento do estigma da violência e pobreza ainda presente no imaginário social. Outra questão debatida foi a articulação entre esses diferentes atores da educação popular visando o resgate de uma memória comum de luta e resistência em Nova Iguaçu, especificamente, e na Baixada Fluminense, de modo geral, invisibilizada nas narrativas oficiais e institucionais neste momento de efeméride. Por exemplo, rememorar a contribuição da educação popular iguaçuana ao movimento sanitaria e ao surgimento do Sistema Único de Saúde (SUS).

Ainda, temos os prés - vestibulares populares que oferecem espaços de convivência e confraternização para a construção e valorização de identidades territoriais resgatando a história dos povos que historicamente habitavam os territórios da Baixada Fluminense. Por meio de feijoadas, jogos de capoeira e festas juninas, estes espaços criam laços de pertencimento e identificação com os seus pares exercendo papel fundamental na formação de valores culturais dos jovens negros que muitas das vezes reconhecem nesses novos quilombos as suas raízes comuns e herança cultural.

O surgimento da Rede de Educação Popular

Segundo Junqueira (2000) as redes são “construídas entre seres sociais autônomos, que compartilham objetivos que orientam sua ação, respeitando a autonomia e as diferenças de cada membro”. Tanto a defesa de uma ciência popular quanto o resgate da memória, junto à identificação de problemas comuns na condução do movimento e a possibilidade de respostas unitárias, alimentaram a ideia da criação de uma rede. Essa metodologia permite o estabelecimento de acordos, oficiais ou não - oficiais, de cooperação, reciprocidade e alianças como forma de intervenção na realidade com vista a transformá-la (Junqueira, 2000). A percepção de uma agenda comum para atuação aproximou os coletivos que ainda dividindo o mesmo território não tinham até o momento criado laços de colaboração.

A decisão de criar a Rede de Educação Popular da Baixada Fluminense, tomada após o Encontro de Educação Popular, veio de forma orgânica. Na verdade, o sentimento de união foi crescendo encontro após encontro, redundando na quase inevitabilidade do seu surgimento. Como se estivesse lá a todo momento, mas ainda sem nomear. Atribuo ao permanente senso de coletividade que marca historicamente a trajetória dos movimentos sociais na Baixada Fluminense. A organização em rede não é uma novidade, sempre pertenceu ao conjunto de estratégias para ação política das classes populares. O momento exigia talvez o resgate de práticas mais horizontalizadas e basistas capazes de reagir a noção de imobilismo e perda provocada pela conjuntura de ascensão da extrema - direita ao poder no país e no mundo.

Considerações finais

A Rede de Educação Popular da Baixada Fluminense nasce às vésperas das eleições de 2022, concorrida por Lula e Bolsonaro, e carrega, nesse primeiro momento, os receios e apreensões de um novo mandato do candidato da extrema direita, que legou ao país milhões de vidas perdidas por negligência e negacionismos na gestão da pandemia de COVID - 19, causando uma reflexão sobre erros, desvios e perdas dos movimentos dos trabalhadores e juventude que precisavam ser iluminados pelo resgate da memória a fim de responder aos diversos questionamentos sobre os motivos que nos levaram até ali. Creio que ainda levará alguns anos até a total elucidação dos fatos, se isso for possível de acontecer, porém a certeza que fica é que somente aos trabalhadores, trabalhadoras e juventudes organizados e em movimento são capazes de provocar mudanças reais em nossa sociedade.

Referência Bibliográfica:

BOHRER, Renata. SNCT Fiocruz 2022: Ciência Móvel em Japeri e outras ações. Museu da Vida Fiocruz, [s. l.], 27 out. 2022. Disponível em: <https://www.museudavida.fiocruz.br/index.php/noticias/1999-snct-fiocruz-itinerante>. Acesso em: 16 maio 2024.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Sociedade e Educação no Governo Bolsonaro: Anulação de direitos universais, desumanização e violência. Revista Desenvolvimento e Civilização, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 118-138, julho 2021.

JUNQUEIRA, Luciano Prates. “Intersetorialidade, transetorialidade e redes sociais na saúde”. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro: FGV, V. 34, N. 6, nov/dez, 2000.

PERRUSO, M. A. Educação popular, pensamento social e classes populares no Brasil. Terceiro Milênio - Revista Crítica de Sociologia e Política, vol. 7, nº 2, pp. 87-113, jul.-dez. 2016.

PICCOLI, Marcia Speguen de Quadros; STECANELA, Nilda. Popularização da ciência: uma revisão sistemática de literatura. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 49, ed. 253818, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202349253818>. Acesso em: 15 maio 2024.

Sobre os autores

Andreia Sheila Farias Gomes é Pedagoga, Pós Graduada em PROEJA - Ensino Profissionalizante e Educação de Jovens e Adultos, Pós Graduada em Docência da Educação Infantil, foi Conselheira Tutelar em Nova Iguaçu, RJ, é Orientadora Educacional no Município de Nilópolis, atualmente na Equipe de Coordenação da Orientação Educacional na Secretaria Municipal de Educação, é Orientadora Educacional no Município de Mesquita, RJ, atualmente na Equipe Técnico Pedagógica da Escola Municipal Márcio Caulino, é Colaboradora no Pré-vestibular Popular Bom Pastor em Belford Roxo, RJ, é Conselheira Municipal de Direito da Criança e do Adolescentes nos municípios de Nilópolis e Mesquita, foi aluna e coordenadora do Pré-vestibular Popular do Bairro da Luz.

Danúzio Ribeiro Alves é filósofo e professor formado em Direito e Filosofia, mestre em Filosofia Moderna e Contemporânea, especializado em Filosofia contemporânea e Metodologia do Ensino Superior, foi professor da rede estadual no Rio de Janeiro, professor no ensino universitário das Disciplinas de História do Direito, Ética, Filosofia do Direito, Introdução à Filosofia, Direito da Criança e do Adolescente, Filosofia da Educação, Filosofia da Linguagem e Deontologia e professor do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro da Academia de Polícia Militar Dom João Sexto – APM, foi coordenador e professor do Pré-vestibular Popular do Bairro da Luz, integra a Rede de Educação Popular da Baixada Fluminense.

Fábio Lima Matos é pintor automotivo, pastor evangélico e presidente da Biblioteca Comunitária Transformando Vidas. Graduando em Sociologia. Integra a Rede de Educação Popular da Baixada Fluminense.

José Martins Ferreira da Silva é advogado, foi membro do Conselho Municipal de Saúde de Nova Iguaçu, membro do Conselho Municipal do Idoso de Nova Iguaçu, foi fundador e coordenador do Pré-vestibular Popular do Bairro da Luz.

Karla Cristina Gomes de Carvalho é graduada em Design Gráfico pela Universidade Estácio de Sá (2003), em Artes Visuais pela Universidade do Grande Rio - UNIGRANRIO (2008). Pós-graduada em Arte e Cultura pela Universidade Cândido Mendes (2011), e em Turismo pela Faculdade Internacional Signorelli (2017) e Educação à Distância (2018). Mestre em Patrimônio, Cultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), 2021. Atualmente Professor Docente I de Artes Visuais - Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro. Professora de História da Arte do Curso de Turismo Centro Integrado em Estudos de Turismo e Hotelaria - CIETH. Com experiência em coordenação e Mediação em Centros Cultural e Museus. Educadora popular e professora no Pré - Vestibular para Negros e Carentes de Vila Operária (Nova Iguaçu).

Leci Carvalho é mestranda pela Faculdade de Formação de Professores da UERJ. Pedagoga pela UFF, educadora popular e coordenadora do Centro de Agitação Popular. Pós – graduada em História da África pela UFRRJ. Professora da rede pública de Maricá (RJ).

Lucia Souto é Médica Sanitarista e Pesquisadora do Departamento de Direitos Humanos, Saúde e Diversidade Cultural da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/Fiocruz). Possui graduação em Medicina pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1974), especialização em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/Fiocruz) (1975), mestrado em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2012) e Doutorado em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/Fiocruz) (2017).

Marco Antonio Perruso é professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), atuando na graduação e pós - graduação em Ciências Sociais. É doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) com Pós - doutorado em Ciência Política pela USP. Militante social, sindical e partidário. Foi diretor do ANDES - Sindicato Nacional. Integrou a Rede de Educação Popular da Baixada Fluminense.

Maria Paula de Oliveira Bonatto (organizadora) é graduada em Life Sciences (Southwest Missouri State University/EUA), mestre em educação (Fundação Getúlio Vargas/FGV) e doutora em Saúde Pública (Escola Nacional de Saúde

Sobre os Autores

Pública Sérgio Arouca/ENSP/ Fiocruz). Servidora pública da Fundação Oswaldo Cruz, é educadora e mediadora do Serviço de Educação do Museu da Vida Fiocruz. Participa da Rede de Educação Popular da Baixada Fluminense, do Fórum Social de Manguinhos e Movimento das Comunidades Populares.

Ricardo Sampaio da Silva foi coordenador do Centro de Agitação Popular – AGITA, foi secretário da Associação de Moradores do Bairro da Luz, foi presidente da Associação de Amigos e Portadores de Psoríase do Rio de Janeiro, foi coordenador do Pré-vestibular da Biblioteca Comunitária Oscar Romero em Mesquita, RJ, possui curso de Filosofia incompleto, foi aluno e coordenador do Pré-vestibular Popular do Bairro da Luz.

Renato Gomes é educador popular, professor e fundador do núcleo Pré Vestibular para Negros e Carentes Vila Operária. Graduado em geografia pela PUC RJ. Especialista em Saúde Pública pela ENSP/ Fiocruz. Mestre em Serviço Social pela PUC RJ. Mestre em Educação Agrícola pela UFRRJ. Doutor em Educação pela UFRRJ. Coordenador do grupo de pesquisa Luiz Gama pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Primeira Subseção de Nova Iguaçu. É membro da comissão de direitos humanos da OAB de Nova Iguaçu.

William Matheus da Cruz Souza (organizador) é educador popular e produtor cultural. Graduado em Ciências Sociais (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro). Vice - presidente do Conselho Municipal de Políticas Culturais de Nova Iguaçu. Foi coordenador do Pré Vestibular Social Rhema Bairro da Luz. Integra o conselho administrativo do Museu de Arte e Cultura Urbana da Baixada Fluminense. É coordenador executivo da Rede de Educação Popular da Baixada Fluminense.



“Este material é fruto de iniciativas desenvolvidas pela Rede de Educação Popular - Baixada Fluminense como parte dos trabalhos da 19ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Fazem parte da Rede o Pré-Vestibular Comunitário - PVNC, Vila Operária em Nova Iguaçu, a Biblioteca Comunitária Transformando Vidas, o Centro de Agitação Popular – AGITA, o Museu da Vida Fiocruz e o Pré-Vestibular Comunitário de Mesquita. Os membros da Rede se reúnem regularmente de forma online para discutir e propor ações para o movimento de educação popular na Baixada Fluminense.

O encontro, organizado pela Rede de Educação Popular, foi realizado no dia 15 de outubro de 2022, nas dependências do Pré-Vestibular Comunitário - PVNC, Vila Operária, com a participação de professores, estudantes e lideranças populares da comunidade. Contamos com a presença da coordenadora do Educativo, Paula Bonatto e a apresentação do rapper Einstein NRC. Com duas mesas de discussão: A primeira mesa “Educação Popular: conceito, trajetória, lutas e resistências”, mediada por Ricardo Sampaio, teve exposições de Lucia Souto, médica e sanitária da FIOCRUZ, e Marco Antonio Perruso, sociólogo da UFRRJ.”

Karla Cristina Gomes de Carvalho
Trecho retirado da
Apresentação

